



BRASIL AGORA

ANO I Nº 1

1ª QUINZENA

OUTUBRO DE 1991

Cr\$ 700,00

O EXTERMINADOR

Seu fim está
próximo?

PÁG. 8

**ERUNDINA
DERROTA A DIREITA**

PÁG. 3

**RICARDO KOTSCHO
RELEMBRA LAMARCA**

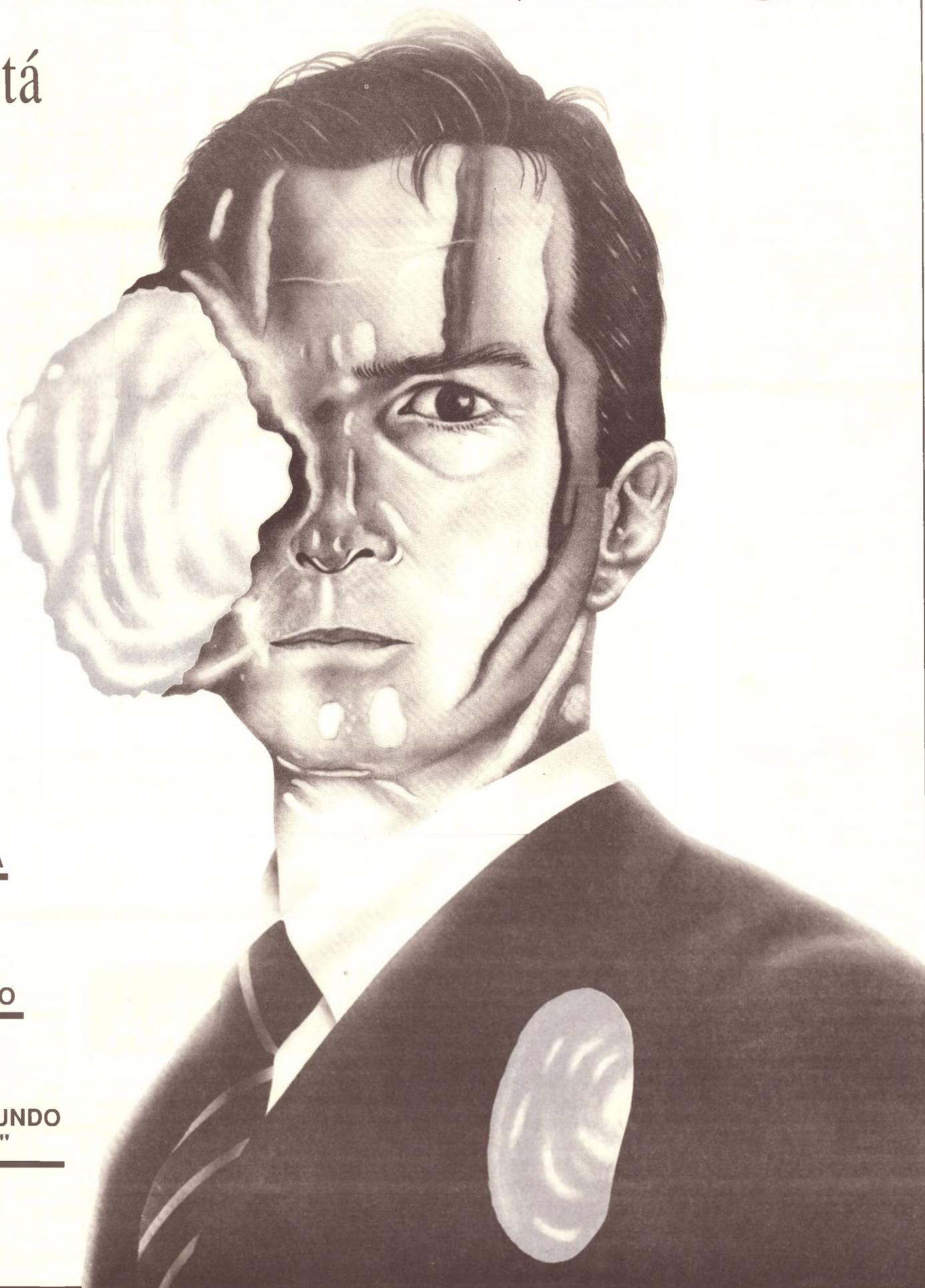
PÁG. 7

**CUBA: A OPINIÃO
DE ANTONIO CANDIDO**

PÁG. 13

**A DEMOCRACIA SEGUNDO
O "IRMÃO DO HENFIL"**

PÁG. 16



A CALDEIRA E O EXTERMINADOR

Baleado por todos os lados - até pelos petardos de seu vice -, o presidente Collor, o homem de um tiro só, parece comportar-se como o robô mutante do filme "Julgamento Final", do grandalhão Schwarzenegger: atingido em cheio por denúncias de corrupção e abalado em seu esquema de sustentação, o nosso exterminador do presente resiste aos balaios e se recompõe. A combinação de recessão, inflação em alta, boatos de choque e crise institucional seria a caldeira política para fervê-lo em definitivo? Este é o tema da reportagem de capa desta edição, que começa na página 8. Ao contrário de Collor, a prefeita Luiza Erundina, do PT, conquistou a simpatia da população paulistana e converteu esta adesão no maior trunfo para derrotar o parecer do Tribunal de Contas do Município, que rejeitara, por pura perseguição, as contas de seu governo. A defesa do mandato popular foi a senha para a militância retomar as ruas e voltar-se, agora, para a disputa do Orçamento-92. Mobilização, também, é o que buscam os dirigentes da CUT, agora de bandeira branca após os conflitos do final do 4º Concut (na página 4). No país da quebra das safras e da fome endêmica, o governo paralelo do PT acaba de lançar o seu Programa de Segurança Alimentar (página 6).

No plano internacional, a nova hegemonia dos Estados Unidos, "os donos do mundo", tenta se impor fazendo jogo duplo: mostra-se tolerante com o golpe militar que manchou a independência do Haiti no seu bicentenário, enquanto acena com a redução das armas nucleares e a defesa da paz (veja nas páginas 11 e 14).

Mais dois colaboradores de peso desta edição: na página 13, o professor Antonio Candido presta solidariedade ao povo cubano: seu artigo "Cuba, a Ilha da Utopia" aposta na coesão e no patriotismo pra aperfeiçoar o regime e levantar o cerco armado pelos Estados Unidos. E na página 7, o repórter Ricardo Kotscho relembra, diretamente do local do "acontecido", os 20 anos da morte do capitão Carlos Lamarca, um dos líderes da guerrilha nos anos 70.

Nosso escolhido para a entrevista da página 16 foi Herbert José de Souza, o Betinho irmão do Henfil. Ele fala da AIDs que matou seus dois irmãos e o contaminou, à sua recusa em filiar-se a partidos, passando pelo conceito de democracia, que ele não confunde com o liberalismo. Faça bom proveito.

O Editor



VOCAÇÃO: DIÁRIO

"(...)Considero que um jornal com vocação para ter periodicidade semanal ou até diária, não pode conter apenas artigos de análise e matérias longas e densas (como considero ser esse número zero). Acho que tem muitas características de revista e poucas de jornal de massas".

LUIZ AZEVEDO
DEPUTADO ESTADUAL
(PT-SP)

CADÊ A ESTRELA?

"(...)Depois de longa espera, nasceu a criança! (...) Já fiz minha assinatura, já vendi uns dez, mas gostaria de fazer uma crítica para contribuir: falta uma marca pro jornal. (...) Juro que a pergunta passa longe daquele fanatismo de seita do tipo "se não tem estrela não presta". (...) Imagino até que o espírito que orienta o jornal seja o de uma perspectiva mais ampla, de disputa de hegemonia cultural na sociedade, com o qual eu concordo plenamente. Não é um panfleto de partido, mas um jornal que toma partido e que, esperamos, vai disputar com a Folha de S.Paulo, Jornal do Brasil et cetera. Entretanto, persiste o problema: falta-lhe uma marca de agitação...".

KLEBER CHAGAS
BRASÍLIA, DF

VEJA FOI MELHOR

"(...) gostaria que comparassem o texto de Hélio Doyle, 'A gente somos inútil?' publicado em BRASIL AGORA nº 0, com a reportagem da revista VEJA, de 25/09/91, página 34, intitulada 'Calcinhas fardadas'. Considerando o caráter de 'imprensa burguesa', (VEJA retratou com maior identidade ideológica o 'samba do milico doido')."

ALDO DOLBERTH
CURITIBANOS, SC

CALMA, CAMARADA

"(...) Muito obrigado pela alegria que nos dá o número experimental do BRASIL AGORA. Gostei até do título: AGORA, bem para jornal diário, aprisionando o momento fugaz, o instante fecundo, o minuto em que os fatos começam a viver. Achei o jornal ótimo para quem não tem nada e principalmente porque é uma demonstração viva da necessidade que temos dele. Não podemos julgar o jornal em relação a um projeto ideal, mas em confronto com a nossa realidade. (...) Se formos mais atentos libertaremos nosso jornal dum certo jeito de revista, um ranço que persegue todas as publicações de intervalo grande entre uma edição e outra (...) Nosso jornalismo tem que ser mais popular, mais sindical, mais operário, mais político, mais contra a carestia etc. Veja só: não demos uma linha sobre o emendão, sobre o "entendimento nacional", sobre a tremenda crise do governo Collor. Nada sobre a corrupção e os roubos da LBA e

d.Rosane. Sei que não dava. Mas precisava (...) Nossa imprensa não é para a gente estar de acordo com todos os textos. Mas fraternalmente se pode dizer a um jovem afoito como o Breno Altman que suas fontes sobre a URSS e sobre o Leste Europeu são insuficientes para as categóricas conclusões de seu ensaio.

Calma, camarada. O José Dirceu e o Marco Aurélio escreveram mais curto, foram mais sóbrios e se revelaram mais amadurecidos (...).
ISAAC AKCEL RUD
RIO DE JANEIRO, RJ

INTOLERÂNCIA

"(...) Os fatos ocorridos de frente à Bolsa de Valores do RJ comprovam que uma boa parte da esquerda ainda acha que os fins justificam os meios. Para barrar a doação da Usiminas, fim sem dúvida alguma nobre, as lideranças (?) de esquerda usaram de métodos nada recomendáveis, como cuspir e atirar ovos ou mesmo tentativas de agressão física a empresários. Se

queremos construir um socialismo que não nos envergonhe, devemos sepultar estes métodos na mesma cova daqueles que armam maracutaias para entregar gratuitamente o patrimônio do povo brasileiro".

MILTON JOSÉ DANTAS WANDERLEY
PATOS, PB

BRASIL AGORA AGRADECE

Anotamos o recebimento das sugestões editoriais de José Amaro Silva, de Três Marias (MG), e dos leitores Hélio e Rosário, de Cruzeiro Novo (DF).

"PELA GRAVATA..."

Na página 11 do número zero de BRASIL AGORA, as fotos do diretor-presidente da Usiminas, Rinaldo Soares, e do prefeito da Ipatinga, Chico Ferramenta (e não "Ferreira"), apareceram trocadas. O pessoal acha que usou gravata, vira prefeito...

FALTA AMÉRICA

Parabéns pelo lançamento do jornal. Senti, entretanto, a falta de matérias sobre a América latina. Os europeus passam por problemas e por mudanças, mas nossos irmãos aqui não podem ficar de fora. Quero Bolívia, Cuba, México, Nicarágua...

MANUEL E. PORFÍRIO
RIO DE JANEIRO, RJ

LETRAS DEMAIS

Gostei do nº zero do BRASIL AGORA, quanto ao conteúdo. Os textos são bem escritos. Mas são difíceis de ler: tem texto demais pra pouco espaço. As letras ficam miúdas e, sem intertítulos, é preciso muita concentração e vontade para ler. Sugiro que diminuam os textos, aumentando o tamanho das letras, ou de preferência, aumentando o número de páginas. Aproveito para dizer que fiquei rindo sozinho, pensando, ao ler a matéria sobre os militares, que eles estão começando agora a sentir o que os trabalhadores já sentem há muito tempo.

LUÍS C. SILVA
BRASÍLIA, DF

SOUZA E O PT

(...) Não gostei do entrevistado escolhido por BRASIL AGORA nº zero. Li uma entrevista dele num jornal de Brasília, onde Márcio Souza só fazia falar mal do PT.

PEDRO SOARES

"Minha expectativa é que o Jornal BRASIL AGORA possa se constituir num órgão de grande credibilidade pela qualidade e conteúdo de suas informações, que possa conter um material informativo original, que possa transmitir análises que ajudem a população a melhor refletir sobre a natureza dos problemas brasileiros (...) E espero que seja adquirido nas bancas de jornais do Brasil, de tal maneira que possa ver viabilizada sua auto-sustentação financeira".

EDUARDO SUPLICY
SENADOR (PT-SP)

"Eu espero que o jornal BRASIL AGORA tenha competência para transmitir, com clareza, fluência e firmeza, mensagens que eduquem a classe trabalhadora, com a linguagem dos trabalhadores, sem medo de ser feliz".

VICENTINHO
PRESIDENTE DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SBC

É com grande expectativa que aguardamos o BRASIL AGORA. Deverá cumprir uma tarefa fundamental: levar os ideais e as posições do PT às suas bases e ao povo brasileiro. Êxito!

PAULO R. SCHILLING
ECONOMISTA DO CEDI

DIRETOR: JOÃO MACHADO. **EDITOR:** RUI FALCÃO.
EDITOR DE ARTE: JOCA PEREIRA. **COLABORADORES:** ALÍPIO FREIRE, ALAN RODRIGUES, ALOÍSIO MORAIS, ANDRÉ SINGER, ANTONIO CANDIDO, ANTONIO CARLOS FON, ÁUREA LOPES, BERNARDO KUCINSKI, BEATRIZ PESSÓA, BRENO ALTMAN, CARLOS THOMPSON, CELSO HORTA, CELSO MADEIRA, CÍNTIA CAMPOS, CRIDIONOR DA SILVA, DENISE NEUMANN, DINORAH PERLATI PINTO, EMÍLIO ALONSO, EMIR SADER, EUGÊNIO BUCCI, FARAÓ, FERNANDA ESTIMA, FLAMARION MAUÉS, FLÁVIO AGUIAR, FLÁVIO LOUREIRO, GENARO ORSO, HAMILTON DE ALMEIDA, HÉLIO DOYLE, IVAN SEIXAS, ISAAC ACKSEL RUD, JAYME LEÃO, JOÃO ANTONIO, JORGE NUNES, JOSÉ ROCHA, JUAREZ GUIMARÃES, JUSTINO PEREIRA, MÁRCIO BUENO, MÁRCIO VENCIGUERRA, MARCO ANTONIO SCHUSTER, MARCOS SOARES, MARIA RITA KHEL, MARINGONI, MARCOS



SOKOL, MARTIN KOVENSKY, MIADAIRA MOUZAR BENEDITO, OHI, PATRÍCIA CARVALHO, PATRÍCIA CORNILS, PAULO BARBOSA, PEDRO ORTIZ, PERSEU ABRAMO, RAIMUNDO PEREIRA, ROGÉRIO SOTTILI, SAITI, SÉRGIO CANOVA, SÉRGIO SISTER, VALTER POMAR, VERA ACIOLI,

WALTER ONO. GERÊNCIA-GERAL/CIRCULAÇÃO: HUGO SCOTTE. **ADMINISTRAÇÃO:** MARIA ALICE DE PAULO SANTOS. **SECRETARIA:** ADÉLIA CHAGAS. **REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:** ALAMEDA GLETE, 1049 - CEP 01215 SÃO PAULO (SP) **FONES:** 220.7198/222.6318. **A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE, ALINHAMENTO DO JORNAL. EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:** CACO BISOLE E JOTA. **FOTOLITO E IMPRESSÃO:** BANDEIRANTES GRÁFICA E EDITORA; **TIRAGEM DESTA EDIÇÃO:** 35.000 EXEMPLARES. **ESTE JORNAL FOI IMPRESSO NODIA 11 DE OUTUBRO DE 1991. JORNALISTA RESPONSÁVEL:** RUI FALCÃO

O feitiço virou contra

Com o povo na rua, Luíza Erundina aprova suas contas e põe a direita na defensiva

AGÊNCIAFOLHAS: ANTÔNIO GAUDÉRIO

Os gritos de "O povo na rua, Luíza continua", uma multidão reunida em frente à Câmara Municipal de São Paulo cora oito de outubro, a aprovação das contas da Prefeita Luíza Erundina e a rejeição do parecer do Tribunal de Contas do Município (TCM), que as declarava irregulares. Para a Prefeita "foi a vitória da democracia, da verdade, da honestidade e da Justiça".

Para a direita, foi o feitiço virando contra o feiticeiro. Empenhados em desmoralizar o governo petista, vereadores e conselheiros do TCM erraram o alvo e atacaram o ponto forte da prefeita: a honestidade. Assim o que devia gerar desmoralização e desgaste político para a Prefeita transformou-se em vitória política, dela e do partido. A retomada da iniciativa política, através da mobilização popular contra o parecer do TCM, levou a um movimento de pressão fundamental para garantir a aprovação das contas da Prefeitura por 41 (5 a mais que os 2/3 necessários) dos 53 vereadores.

O "feitiço" contra a prefeita veio na forma de um parecer do TCM declarando irregulares as contas da Prefeitura do ano passado. Alegando que houve "infringência da lei orçamentária" e um "déficit ilegal", além de erros de contabilidade, o TCM esqueceu-se de verificar o fundamental no que diz respeito ao uso do dinheiro público: se houve dano ao patrimônio do município ou improbidade administrativa. Foi a primeira vez em seus 22 anos de existência que o Tribunal rejeitou globalmente as contas de uma administração. Mantido o parecer, Luíza Erundina poderia tornar-se inelegível e até ter seu mandato cassado.



Erundina: vitória da democracia vira festa

O TCM não é exatamente um modelo de moralidade. Envolvido em inúmeras denúncias de mordomias e irregularidades, há na própria Câmara um projeto para extingui-lo. Outros projetos prevêem a venda de seu faraônico prédio e a escolha dos conselheiros por concurso público.

JOGADA POLÍTICA. Desde que o TCM anunciou seu parecer, a prefeita insistiu que se tratava de perseguição política. Para tirar as dúvidas, pediu a especialistas reconhecidamente isentos e competentes que vissem as contas e dessem seus pareceres. Analisaram a questão os professores Modesto Carvalhosa e Eliseu Martins (da USP), Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano (da FGV) e

o auditor Antoninho Marmo Trevisan. Todos concluíram pela legalidade das contas. Para derrubar o parecer do TCM houve um processo que mesclou negociação e pressão popular sobre os vereadores. Logo ficou claro que as negociações seriam complicadas. O PMDB - apesar de Quércia e Fleury declararem seu apoio à prefeita - colocou como condição para derrubar o parecer a desistência por parte do PT da CPI sobre o governo Quércia. O PT não aceitou a barganha. "Se os vereadores do PMDB votaram com o PT no final é porque foram sensibilizados pela opinião pública", afirma o vereador Arselino Tatto, líder do PT.

MOBILIZAÇÃO. O que funcionou

mesmo foi a pressão organizada feita sobre os vereadores, com a realização de grandes manifestações na Câmara. Vinda da periferia da cidade - e com o apoio do partido, que gastou quase 10 milhões de cruzeiros entre panfletos, cartazes, aluguel de ônibus e até um comercial na Globo - esta pressão juntou-se ao apoio na opinião pública e personalidades não petistas.

Além disso, a prefeita recebeu telegramas e mensagens de apoio. "Agora, a batalha vai ser para acabar com o TCM, já que ficou claro que ele não tem idoneidade para julgar nada", afirma Tatto. O dinheiro arrecadado com a venda do prédio do Tribunal seria usado para a construção de casas populares.

O vírus e os pobres

O vírus da imuno-deficiência escolhe suas vítimas? Não, com certeza; mas, a nobreza facilita a sua ação por diversas formas. É essa a razão para as projeções da Organização Mundial de Saúde - mais de 2,5 milhões de casos de AIDS nos países pobres, em cinco anos. Em 1982, início da epidemia, a imunodeficiência era um mal dos ricos.

Que diria Carlos Marx?

Está em curso enorme transformação nos sistemas de ensino superior do Leste Europeu. Feita, em geral com base em programas copiados da Europa Ocidental, uma de suas idéias básicas, no entanto, é a de que é preciso dar mais cultura geral aos estudantes. No Leste Europeu há poucos universitários relativamente - metade dos índices do ocidente rico - muitas escolas e muito especializadas. É preciso tornar os estudantes menos conservadores, para que ajudem nas reformas, diz Tamas Lajos, responsável pelas relações internacionais da Conferência de Reitores húngaros. Se as reformas puderem ser diferentes de uma restauração do capitalismo, talvez até Marx estivesse de acordo.

Avançado no passado

A temática dos socialistas, no governo, recua; e a da direita francesa, na oposição, avança. O discurso do ex-presidente Giscard d'Estaing defendendo o "direito de sangue" dos franceses a seu solo pátrio, que estaria ameaçado pela onda migratória dos países pobres, é visto como uma clarinada para unir as forças conservadoras. Para que avancem: em direção ao passado, ao facismo.

Russos temporários

A população da Europa Ocidental tende a cair em termos absolutos. Não há jovens chegando ao mercado de trabalho em quantidade suficiente para manter o crescimento econômico. Migrante de país pobre, por sua vez, é problema. A solução? Disse o vice-ministro do Trabalho da URSS, numa conferência de 25 ministros da Imigração europeus, reunidos no final de setembro: a URSS tem trabalhadores de todas as qualificações, que trabalhariam em regime temporário na Europa - um ou dois anos - e que voltariam depois com os bolsos cheios de moedas fortes, o ouro de que Moscou precisa.

Levantando vôo

Crescem as expectativas com o manifesto de Lula e a eleição dos primeiros delegados

Previsto para ocorrer entre os dias 27 de novembro e 1º de dezembro próximo o 1º Congresso do Partido dos Trabalhadores deve reunir 1490 delegados, além de grande número de observadores e convidados. Parte destes delegados já foi eleita diretamente pelos filiados, em centenas de encontros municipais e setoriais que aconteceram nas últimas semanas.

Os demais delegados serão eleitos durante os próximos trinta dias, pelos encontros estaduais que o partido espera realizar em quase todo o país.

Mais democrático que os vários encontros nacionais que o PT realizou até hoje, segundo seus organizadores, o 1º Congresso mobilizou enormes esforços financeiros e humanos. Milhares de convocatórias, jornais e teses. Centenas de debates e seminários. Quatorze teses inscritas. Um

gasto estimado em 150 milhões de cruzeiros, sem contar os custos de infra-estrutura.

Apesar de todo este esforço, muitas cidades não conseguiram quórum para eleger seus representantes. Os encontros setoriais, convocados com a intenção de reunir os petistas que militam nos movimentos sociais mas não participam do dia-a-dia partidário, não chegaram a ser convocados na maioria dos estados. E o comparecimento dos filiados foi geralmente inferior ao verificado nos últimos encontros.

EXPLICAÇÕES. As causas apontadas são muitas, algumas contraditórias entre si. Fala-se, por exemplo que o debate não chegou até a base - por outro lado, todos reconhecem que nunca se debateu tanto sobre o socialismo quanto nesses últimos meses. Comenta-se que as novas regras de participação ainda não pegaram

— haja visto o uso que se deu aos chamados delegados avulsos, monopolizados pelas tendências, apesar de terem sido criados exatamente para possibilitar a participação dos filiados independentes.

Finalmente, há quem lembre da conjuntura nacional - que desestimulou muita gente que antes era assíduo participante deste tipo de atividade - e o próprio fato de o 1º Congresso não eleger direção nem indicar candidaturas - isto num país onde o debate de idéias sempre atraiu menos gente que a disputa de poder.

Preocupada com a situação, a direção nacional do PT estuda algumas medidas para atenuar a desmobilização. Entre elas, fala-se em permitir a realização de novos encontros ali onde eles não deram quórum e na ampliação do número de delegados que cada encontro estadual poderá

indicar ao Congresso.

TENDÊNCIAS. Mudanças à parte, o debate está em curso. Ainda não é possível descobrir a força que cada uma das 14 teses inscritas terá na plenária final do Congresso. Embora seja cedo para falar em polarizações definitivas, cresce a polêmica entre os que propõem a "volta do PT às origens", os que entendem que o Congresso deve ser um marco na "renovação" do pensamento de esquerda e os que acreditam que o melhor caminho não está em nenhum destes dois extremos.

Mesmo sem ter assinado nenhuma das teses, Lula promete desempenhar papel ativo no Congresso. Lançou um "Manifesto aos Petistas" e tem corrido o país na defesa de suas idéias. Entre elas, uma que deixa todo mundo com as barbas de molho: "nós temos agora que construir uma tendência chamada Partido dos Trabalhadores". Quem viver, verá.



Lágrimas de Crocodilo

As grandes entidades patronais periodicamente entoam choros ruidosos contra os juros altos. Para muitos, são lágrimas de crocodilo: o grande empresariado tem um nível de endividamento muito baixo, diz pesquisa recente da Price Waterhouse com as 150 maiores empresas; elas são prestadoras líquidas, lucram com os juros altos.

Reis da Ciranda

Da publicação Melhores e Maiores, ligada à revista Exame, analisando os balanços anuais de 1.200 empresas: as exportadoras - trading companies - são as que mais lucram com as aplicações financeiras de curto prazo - 35% de todos os seus ativos estão nesses "investimentos"; a indústria automobilística - que recebe antes de produzir, através dos consórcios e paga depois, por pressão sobre o setor de auto-peças - é a segunda campeã da ciranda financeira: 18.4% de seus ativos estão nessas aplicações.

Ciranda Reanimada

Pesquisa da Austin Asin Consultores: voltou a crescer, no primeiro semestre de 91, a participação das receitas financeiras no lucro geral das empresas. A porcentagem do lucro por ganhos na ciranda chegou a 17,2% no semestre, bem abaixo do recorde de 36,83% no primeiro semestre de 89, mas significativamente acima dos 5,07% do primeiro semestre de 90, época do primeiro Plano Collor.

Moral da Chamada

O plano da Telespera: (1) entrar no mercado de renda mais alta - as 135 mil linhas de telefonia móvel previstas para o Estado e os sistemas de interligação de computadores; 2) através de seus célebres planos de expansão de linhas comuns pegar dinheiro à vista da classe média sonhadora; 3) com os 2 bilhões de dólares estimados de 1 e 2 instalar os terminais que deve a cerca de 300 compradores. Como: a) a telefonia móvel está sendo retalhada entre os consórcios privados de bancos, construtoras e empresas de comunicação nacionais e estrangeiras e b) só resta a poupança dos remediados que sonham com as linhas comuns, que é insuficiente; então c) para os poucos que forem atendidos no topo da lista dos 300 mil que esperam se agregarão novos e mais numerosos na sua base.



Articulação pela base

Não foi o TST que levou os dirigentes da CUT a fazerem as pazes. Foi o próprio movimento.

Trinta dos 12 membros da nova executiva da Central Única dos Trabalhadores (CUT) assinaram um documento, chamado "Bases mando" bases para um compromisso no qual reconhecem que o 4º Concut - encerrado com episódios violentos e lamentáveis no dia 8 de setembro - não arrou a Central "para um novo período de lutas e crescimento de seu projeto sindical, classista, democrático e autônomo".

O texto, de circulação restrita, veio à luz em meio à forte greve de bancários e petroleiros, unidos por suas reivindicações e alheios à briga da cúpula. Em tom sincero, conclui pela necessidade de unidade de ação de todas as tendências que atuam na CUT e avança para a constituição de uma Comissão de Ética Nacional, cuja tarefa seria verificar os acontecimentos finais do Concut.

O documento, entretanto, parece ter chegado um pouco tarde e os próprios protagonistas do acordo não escondem que a bandeira branca empunhada é, ainda, extremamente frágil. A possibilidade de novos embates não é descartada nem pela Chapa 1 (52,5% dos votos e majoritariamente composta pela Articulação) nem pela 2 (os 47,5% integrados pela CUT pela Base, Corrente Sindical Classista e Convergência Socialista, entre outras forças com menor representação).

RECUO. Embora ponderem no documento que a CUT saiu desarmada do Concut, os dirigentes da Central não admitem que a ofensiva do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do próprio

Palácio do Planalto contra os grevistas da Petrobrás e dos bancos federais (Banco do Brasil e Caixa Econômica) deveu-se à avaliação de que o movimento sindical, fragilizado pelas disputas internas, não teria como combater as decisões oficiais.

"A sociedade como um todo está frouxa e com isso cresce a institucionalização da violência", afirma Gilmar Carneiro dos Santos, secretário-geral da CUT e presidente dos bancários de São Paulo. "A Petrobrás não mudou nada; sua forma de agir sempre foi essa", pondera Wilson Santarosa, coordenador do comando nacional dos petroleiros, para concluir que houve um desgaste do TST perante a sociedade.

Se é assim, como ficam as diferenças a partir de agora? Pergunta inevitável para a Articulação é o que acontecerá com as tendências que não acatarem uma decisão da maioria da direção da CUT que, a partir do Concut, é composta pela Articulação. "Queremos saber 'deles' se querem três anos de trabalho conjunto para o fortalecimento do movimento sindical ou se querem manter a guerra civil espanhola no interior da CUT", indaga Gilmar. "Espero que 'eles'



melhorem sua prática ou a sociedade não terá paciência para conviver com 'eles', adverte Vicentinho, dos metalúrgicos de São Bernardo e também integrante da nova executiva nacional.

POLARIZAÇÃO. E vai mais lenha na fogueira. "A articulação era maioria absoluta, mas demos duas secretarias e a primeira tesouraria para a Chapa 2", diz Gilmar. "Não tem essa de dar", replica Sérgio Barroso, da Corrente Sindical e novo secretário de imprensa da entidade. "Nossa chapa dividiu o congresso ao meio e a Articulação perdeu es-

xecutiva", argumenta ele.

"A Chapa 2 acabou no dia posterior ao encerramento do Concut, mas deverá se encontrar brevemente se não houver alteração dos métodos de gestão da CUT", prevê Barroso. "Duas secretarias (de política sindical e de imprensa) não comportam, nem de longe, a força da Chapa 2", acrescenta. A persistir este clima, será difícil realizar o desejo explícito do presidente da CUT, Jair Meneguelli, que dias antes do 4º Concut lamentava o fato de 70% do tempo da entidade ser consumido em questões "ideológicas" internas.

A marcha pela vida

Os sem-terra caminham por moradia, crédito, terra e saúde.

Gilberto Ports tem 23 anos, 25 hectares e passou os primeiros dias de outubro caminhando por uma estrada gaúcha, com mais de 800 colonos reivindicando terra, crédito, moradia e saúde. A história dele é semelhante a de outras 2.400 famílias acampadas no interior do Rio Grande do Sul, em barracas de lona preta, à espera de assentamento e com as mesmas carências.

Aos 16 anos, Gilberto percebeu que os 50 hectares do pai, em Erechim, não dariam para a sobrevivência dele e de mais 4 irmãos. A entrada no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1987, foi consequência natural de quem pertencia a uma família oposicionista emedebista nos anos 70 e petista desde 1980. Em 1989, com mais 691 famílias, foi assentado em Bagé, sul de Porto Alegre, tradicional reduto

de fazendeiros e criadores de gado.

"Entre 1989 e este ano, foram assentadas 802 famílias no Estado", conta ele. "Mas sem nenhum recurso. Muitos ainda vivem sob lonas", prossegue, denunciando a Secretaria da Agricultura, que poderia abrir linhas de crédito e fornecer sementes, mas não o faz.

Em Bagé, onde Gilberto é um dos líderes do MST, os assentamentos fundaram 10 cooperativas, para garantir pelo menos a alimentação. A dele integra 40 famílias e trabalha comunitariamente mil hectares, comercializando a produção no mercado local.

URBANOS E RURAIS. A 8 quilômetros de Bagé há um acampamento de 850 famílias, à espera de solução parecida. É por eles, por mais outros acampamentos no Estado, em defesa de

pequenos e médios produtores, que Gilberto e outros 400 agricultores caminham pelo Estado e vão ficar acampados, de 16 a 18 agora, na praça da Matriz. Lá estarão em frente a catedral e aos palácios do Governo, do Legislativo e do Judiciário gaúcho. Outra caminhada, com 450 manifestantes, saiu do nordeste do Estado, de Palmeira das Missões. A manifestação (SOS Vida), herdeira da SOS Agricultura, realizada em maio, se repetiu nos outros Estados do Sul: sem terras e pequenos proprietários rurais acampam, nas mesmas datas, em Florianópolis e Curitiba. E em São Paulo, 670 acampados do Mirante do Paranapanema marcharam até Presidente Prudente, a 150 quilômetros de distância. A idéia de ocupar as cidades nada tem a ver com a conhecida estratégia do "cerco a partir do campo".

Ao contrário, trata-se de associar urbanos e rurais. No documento distribuído, o SOS Vida denuncia os vazios urbanos "banco de reserva da especulação imobiliária" e o descaso do governo federal em relação à saúde.

PRIVILÉGIOS. No relato de Gilberto, apesar de 30 audiências já concedidas, o governo nada resolve. Quatrocentos e trinta mil pequenos agricultores foram atingidos este ano pela seca, mas o crédito foi destinado aos latifundiários, acusam. Cansados de ser "mão-de-obra desqualificada" nas cidades, Gilberto afirma que os rurais precisam travar uma "luta ideológica". "Tanto os trabalhadores da cidade quanto os do campo são vítimas da mesma exploração". Daí, explica ele, "o nome SOS Vida, pois é um movimento de todos, não só do campo".

A sucata da Universidade

Deliberadamente, o governo afoga o ensino público numa política minguada de verbas

Em termos de indicadores educacionais, o Brasil está entre os piores países do mundo e muito aquém de suas possibilidades de conclusão de investimentos nos equipamentos a países como o Haiti, Gabão, Guiné e outros menos industrializados e urbanizados. Os sistemas públicos de 1º e 2º grau estão em frangalhos. O ensino privado, opção preferencial da política da ditadura e da classe média naquela época, enfrenta hoje problemas de evasão de professores e de alunos, com preços em ascensão e salários em queda. Nosso ensino de 3º grau é dos mais privatizados do mundo, com 70% das vagas no setor privado, em geral de reconhecida mediocridade institucional. O Brasil não tem um sistema educacional. Tem um arquipélago desorganizado de escolas carentes.

Neste quadro dramático de atraso e falência, em que pesem sobram problemas, o conjunto de universidades e faculdades públicas conseguiu preservar um mínimo de organização. Dada sua extensão, esse conjunto é único na América do Sul, e pode desempenhar um papel importante num projeto de desenvolvimento soberano e democrático. Nele as universidades federais têm um papel importante, por estarem presentes em todos os estados da Federação.

Mas no biênio 90/91 os problemas deste setor se avolumaram. O governo Collor, no seu processo de criar um Estado falimentar, não soube e ainda não sabe o que fazer com o sistema federal de 3º grau.

CAI O MINISTRO. O governo afogou o setor numa política minguada de recursos, com propostas paliativas e/ou aviltantes. Lançou balões de ensaio como o ensino pago e o serviço civil obrigatório, propostas que hoje felizmente dormitam em alguma gaveta. Agora no Emendão, falando em reforçar a autonomia universitária, propõe repasse fixo em percentual orçamentário para as universidades. Até agora, o eixo da sucessão de propostas foi o de perseguir a desobrigação do governo com o setor, para favorecer o ensino básico que é atribuição constitucional prioritária de estados e municípios. Há um tendência também de propor o aumento das relações das universidades com as empresas "privadas" que, sabidamente, quase nada investem em pesquisa.

A situação ficou tão desorganizada que os professores das universidades federais acabaram realizando a maior greve da sua história, e a de adesão mais maciça: 108 dias de paralisação. O ministro Carlos Chiarelli, numa postura de não negociar a qualquer preço, acabou substituído pelo ex-reitor da USP, José Goldenberg, que já era Secretário de Ciência e Tecnologia de Collor. No balanço da greve, dirigentes sindicais e administrativos reconhecem avanços e pro-

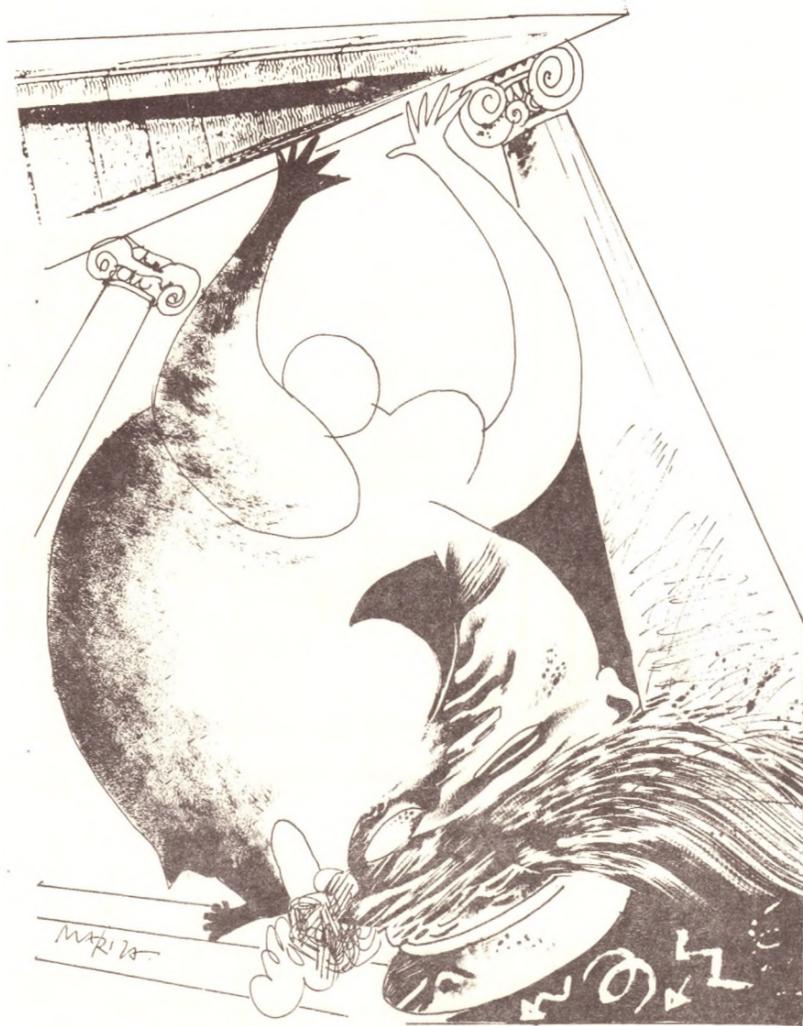
blemas que ficam no ar. Reconhecendo avanços e conquistas no plano salarial e institucional, o presidente do Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior, Carlos Baldijão, diz que há muito o que fazer. "É preciso uma política de pessoal agressiva, atualizar bibliotecas, recuperar instalações deterioradas. Para tudo isso, é preciso investimento". Investimento? Todos reclamam que o governo não repassa nem mesmo as verbas já comprometidas. O pró-Reitor de Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Darcy Dillemburg, reclama de até setembro só chegar 30% do repasse anual devido, deixando a UFRGS com contas a descoberto. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o reitor Nelson Maculan também reclama de só ter recebido 30% do devido "Faltou na gestão Chiarelli uma visão universitária: o setor foi posto de lado e por isso houve a greve". Novas esperanças? O presidente da Associação Docente da UFRJ, José Simões, duvida: para ele, se Chiarelli era "linha dura" e Goldenberg talvez não, o governo continua o mesmo e a orientação geral não deve mudar.

ATRASO EM TUDO. Carlos Ibañez, reitor da Universidade de Brasília, defende a maior participação do Congresso Nacional na definição de uma política para o setor. Segundo ele o governo deveria se encarregar da parte salarial e, ouvindo um colegiado amplo do setor, deveria enviar ao Congresso propostas de novos investimentos e ma-

nutenção dos existentes. Assinala que falta atualizar currículos, cursos, definir prioridades nacionais na formação de quadros e alerta que nosso programa de pesquisa é o mesmo de 20 anos atrás. Reitores e sindicalistas não são necessariamente contra a alocação de um percentual fixo para as universidades. Mas lembram o exemplo das universidades estaduais paulistas (USP, Unesp, Unicamp, que ficaram no vermelho desde que Quéricia, em resposta a uma greve de 70 dias em 1988, deu-lhes o percentual de 8,4% do ICMS. O percentual, já então reconhecidamente baixo, ficou exíguo com as oscilações econômicas provocadas pelos tiros federais para acabar com a inflação. Para 1992, o percentual ficou em no mínimo 9%, o que, por sua vez, desencadeou uma luta interna entre os reitores na disputa pelos 0,6 a mais.

O MINISTRO ATACA. Aguarde-se os planos do novo ministro, que começou em falso. Ameaça não pagar os professores em greve e teve de recuar, mediante liminar conseguida na justiça pelo Sindicato Nacional. De concreto e público, até agora saiu apenas artigo seu na **Folha de S. Paulo** (5/10), onde ataca o atual projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em tramitação há 2 anos no Congresso, como utópico, detalhista e corporativo. Com relação ao ensino superior, acusa o projeto de destruir a autonomia universitária ao regulamentar "a eleição de dirigentes, a participação nos colegiados, a isonomia de cargos e funções, o piso salarial

MARIZA DIAS COSTA



único, a atuação na alfabetização e na melhoria dos demais níveis de ensino e até a transferência de uma instituição para outra".

DESAFIO. Há um consenso nacional de educadores hoje sobre ser impossível qualquer tipo de projeto econômico, social, político e cultural para o país sem que se inverta o estado de abandono do sistema educacional público, sem que o ensino superior participe deste esforço, sem que se estabeleça a noção de sistema integrado de ensino e sem que se democratize o acesso e a avaliação interna e externa do sistema. São metas difíceis de cumprir sem uma revolução no setor: e sem um governo com credibilidade e interesse para organizar o plantio e a colheita dos frutos dessa indispensável revolução.

(1) O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes - SN) tem uma Diretoria Nacional e Seções Sindicais (ou Associações de Docente em cada uma das Universidades e Faculdades Isoladas. Com a greve, o piso salarial de um auxiliar de ensino contratado por 20 horas semanais, foi para Cr\$ 104 mil. O teto de um professor titular, em contrato de 40 horas com dedicação exclusiva, foi para 1 milhão e 100 mil. Segundo Baldijão, o reajuste médio foi de 120%. Eveline Gonçalves, da Associação dos Professores Universitários da Bahia, filiada à Andes-SN, reconhece a importância do reajuste, mas sublinha que o piso ainda está baixo, dificultando a admissão de novos quadros.

FLÁVIO AGUIAR

Participação de Margareth Marmorí (Brasília), Carlos Thompson (Porto Alegre), Flávio Loureiro (Rio de Janeiro)



Cálculos selvagens

O governador de Roraima, Ottomar Pinto, disse à **Folha de S. Paulo** que a demarcação das áreas indígenas em seu Estado deixaria "para a sociedade civilizada" apenas 45% das terras, o que inviabilizaria o desenvolvimento. Em depoimento no Congresso, D. Aparecido Dias, presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), desmentiu matematicamente o governador. Roraima tem 230.104 km² e 120.400 habitantes. 65 países têm área menor e população maior que a suposta Roraima restante. Um exemplo: Formosa, também chamada de Taiwam, um dos "tigres asiáticos" - e modelo de desenvolvimento para os "civilizados" como o governador - é três vezes menor que Roraima (tem 36.000 km² e é 164,5 vezes mais populosa (19,8 milhões de habitantes).

Condição de fome

Números da pesquisa do professor Ozir Tecer, da Universidade Federal do Ceará, exposto na mesa redonda "A condição do professor no Brasil, hoje", durante a 6ª Conferência Brasileira de Educação, realizada em São Paulo: 23.700 professores de prefeituras de seu Estado ganham, em média, 2.500 cruzeiros por mês.

Conversões proibidas

250 grupos ecológicos reuniram-se em São Paulo na primeira semana de outubro para preparar sua participação na Eco-92. Para eles, a conferência internacional valerá mais pelos eventos paralelos: as grandes nações não assinarão documentos que estabeleçam regras de defesa do meio ambiente; "todas as negociações param no momento em que precisam ser firmados os tratados internacionais", disse o italiano Roberto Smeraldi, do grupo Amigos da Terra Internacional, presente à reunião de São Paulo. As organizações dividiram-se em duas correntes quanto à questão da conversão da dívida externa: a ala majoritária é contra essas conversões, por dois motivos: 1) os projetos são pequenos e inflacionários - os governos têm de emitir para pagar os serviços e desapropriações envolvidos nos projetos; 2) implicariam reconhecer que a dívida é legítima.

MARINGONI

A mulher do chefe, não

De fevereiro até agora o deputado José Dirceu (PT-SP) apresentou 10 requerimentos de informações à LBA, encaminhou 12 representações contra a entidade junto à Procuradoria Geral da República, solicitou inspeções do Tribunal de Contas contra a Legião em 6 Estados. E conseguiu 200 assinaturas para a CPI contra o órgão. A princípio o governo se dispunha a negociar a não ida da presidenta do órgão - Rosane Collor - para depor, em troca de facilidades para convocar a CPI. Como o acordo não se fez, o deputado petista apresentou requerimento para que Rosane fosse chamada à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, encarregada da vigilância sobre a LBA. Foi derrotado por 23 votos a 5, numa pesada operação oficial: fazer a mulher do presidente depor no Congresso seria explodir a crise política latente, ameaçou a bancada do governo.

Peixe Grande

O fundador do Banco Safra do Brasil, Edmond Safra, é apontado como envolvido em grandes operações de lavagem de dólares para o narcotráfico internacional. Essas informações constavam do original do livro "A Suíça lava mais branco", do deputado social-democrata daquele país, Jean Ziegler. Na tradução do livro, a Editora Brasileira cortou essa referência. Não contava, porém, com um leitor curioso, o deputado Aldo Rebelo, que estranhou o fato e iniciou uma investigação. Descobriu, por exemplo, que a filial uruguaia de um dos bancos novaiorquinos de Safra transaciona enormes quantidades de ouro, sendo que o Uruguai não produz ouro algum (o que passa por lá, provavelmente, faz parte das 700 toneladas que saíram do Brasil irregularmente nos últimos anos). O deputado do PC do B, que fez essas denúncias na Câmara, dia 9, pediu à CPI do Narcotráfico para investigar as conexões de Safra no Brasil. Há muitas denúncias de corrupção apuradas contra peixes pequenos, disse. "Queremos pegar os tubarões".

Calcinhas do Ofício

O taifeiro Carlos Roberto de Souza, que estava preso por 15 dias por ter denunciado que era obrigado até a lavar as calcinhas de mulheres de oficiais, num artigo para a revista *Veja*, pegou mais quinze dias de cadeia por ter denunciado que os militares lhe ofereceram dinheiro para calar-se. As Forças Armadas se defendem com o seguinte - e ambíguo argumento: roupa suja se lava em casa.



Segurança Alimentar

No país da quebra das Safras e da fome endêmica o Governo paralelo propõe soluções

O governo paralelo do PT, que já apresentou programas para as áreas de Educação, Desenvolvimento Regional do Nordeste, Agricultura e Reforma Agrária, acaba de lançar também uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA), elaborada por 14 técnicos, sob a coordenação de José Gomes da Silva, que é também coordenador de Agricultura e Reforma Agrária do Governo Paralelo.

"Trata-se de uma série de ações coordenadas em várias áreas, que vão da produção de alimentos à elevação dos salários e distribuição de renda", explica Gomes, mostrando que é preciso atacar o problema por todos os lados. A proposta que visa garantir o acesso à alimentação em quantidade e qualidade adequadas para toda a população brasileira, dá uma reviravolta em toda a estrutura existente, partindo do pressuposto que as chamadas "leis de mercado: são incapazes de darem conta dos problemas do subdesenvolvimento, como a fome. O "caráter estratégico da segurança alimentar exige ainda, segundo a proposta, a constituição de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CNSA) que articule as ações dos diversos órgãos públicos e assegure a participação de representantes da sociedade.

Produzir alimentos.

O PNSA prevê uma reforma agrária ampla e rápida, assentando 3.039.000 famílias em 15 anos, uma política de destinação prioritária de recursos para a produção de alimentos indispensáveis ao abastecimento interno, e dar prioridade também à destinação de recursos aos pequenos e médios agricultores e trabalhadores rurais, de preferência os organizados em associações e cooperativas.

rência os organizados em associações e cooperativas.

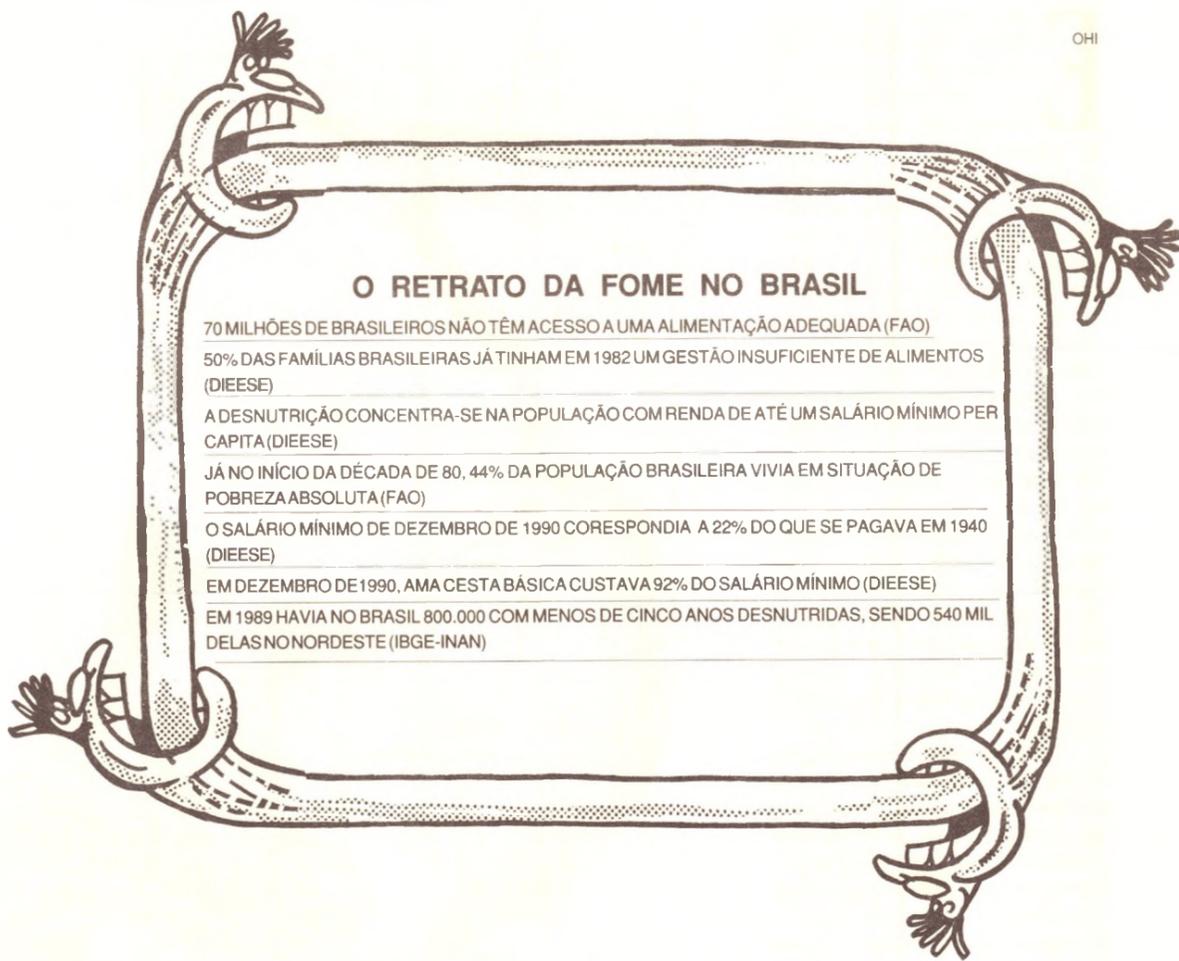
A política proposta garante preços mínimos aos pequenos e médios produtores, não mais vinculando esses preços ao financiamento e à estocagem privada, mas com base nos custos de produção. Os produtos da cesta básica, composta de 12 alimentos (arroz, feijão, leite, ovos, macarrão, pão, carne bovina, óleo, açúcar, frango, farinha de trigo e farinha de mandioca) além de pescados em certas regiões e outros produtos regionais, terão a aquisição garantida pelo governo federal, no caso de pequenos e médios produtores.

Ação imediata. Além de

várias providências a médio e longo prazo, incluindo a reorganização da distribuição, o PNSA propõe a garantia imediata de acesso à cesta básica para todos os brasileiros, através de tíquetes e carnes subsidiados à população de baixa renda, mais a reestruturação do Programa de Alimentação do Trabalhador, ampliando-o para todos os setores, inclusive o informal e, como ação emergencial, a distribuição gratuita de alimentos à "população de risco" (com renda de até meio salário mínimo "per capita" ou de comunidade com desnutrição endêmica), às crianças com menos de 2 anos e às gestantes.

Para José Gomes da Silva, o

PNSA "é um tipo de proposta que poderia ser utilizada por qualquer governo para ver a realidade como ela é". Segundo sua análise, hoje se vê uma "autofagia" do sistema: "investe-se pouco na produção de alimentos e depois se compra mais caro no exterior". O professor José Eli da Veiga, da Faculdade de Economia e Administração da USP, especialista no assunto e não vinculado ao governo paralelo concorda com o coordenador do PNSA; "Estamos na contramão da história", diz, ao informar que os gastos com alimentação no Brasil são em média de 40% dos salários, contra 12% nos Estados Unidos.



Fiocruz incomoda muita gente

Instituição pública eficiente, ela já foi ameaçada pela ditadura. Hoje a ameaça é o neo-liberalismo.

Desfrutando de prestígio científico nacional e internacional, a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), considerada a mais importante instituição ligada à saúde na América Latina, está mais uma vez sob fogo cerrado, desta vez pelo pecado de, sendo uma instituição pública, ter condições de competir com a iniciativa privada. Seu sucesso incomoda os arautos de neo-liberalismo, contraditoriamente pouco afeitos à concorrência, que não vêm com bons olhos, por exemplo, a produção de vacinas, medicamentos, insumos para engenharia genética, reagentes para diagnósticos transmissíveis, equipamentos para uso em pesquisas e kits para teste de Aids, por uma instituição ligada ao Ministério da Saúde. Com uma sede de 800 mil metros quadrados em

Manguinhos, Rio de Janeiro, e um total de onze unidades, das quais oito no Rio e três centros regionais de pesquisa em Minas, Pernambuco e Bahia, e 3.500 funcionários, a Fiocruz foi fundada em 1900, como Instituto Soroterápico Federal, para produzir soros contra a epidemia de peste bubônica que assolava o país. Depois, ampliou sua área de atuação até chegar ao estágio atual, em que desenvolve um complexo de atividades que incluem pesquisa básica, clínica e de ponta; desenvolvimento tecnológico; produção de imunobiológicos e medicamentos; formação de recursos humanos; controle de qualidade dos produtos consumidos pela população e prestação de serviços assistenciais. A instituição conquistou respeito mundial devido às suas inú-

meras contribuições científicas, entre elas a descoberta da doença de Chagas, em 1909, por Carlos Chagas, do tratamento antimonial para as leishmanioses, do inseto responsável pela broca do café, de novas técnicas de combate ao mosquito transmissor da febre amarela, a descrição completa do fungo causador do mal de Lutz e diversas outras. O reconhecimento internacional do trabalho das unidades da Fiocruz, como a Escola de Saúde Pública, de Belo Horizonte, que promove cursos especiais para atender às necessidades da rede ou o centro de pesquisas Gonçalo Muniz — que pesquisa endemias na região e desenvolve estudos sobre a Aids e sua relação com doenças infecciosas e parasitárias — mostra-se através de prêmios como a medalha comemorativa dos 40 anos da

Organização Mundial de Saúde, pela sua contribuição na formação de recursos humanos.

Não é de hoje que a Fiocruz se choca com as políticas governamentais. Nos anos 50 e 60 surgiu dentro dela um movimento pela criação de um Ministério da Ciência, ao qual ficaria vinculado o seu setor de pesquisas. A polêmica culminou, em 1970, auge da ditadura, com o chamado "Massacre de Manguinhos". Dez dos seus mais renomados pesquisadores foram aposentados compulsoriamente e tiveram seus direitos políticos cassados. A maioria foi dar sua contribuição em centros de pesquisas do exterior e só retornou à Fiocruz depois da anistia, reintegrada pelo então presidente, o médico sanitista Sérgio Arouca, hoje deputado federal pelo PCB-RJ.

MARCIO BUENO, do Rio

Em meados de agosto, uma colega de bancada na redação do JB, a Denise Neumann, me deu a dica: no dia 17 de setembro, a morte do Lamarca vai completar 20 anos. Pensei logo que esta seria a grande chance de resgatarem um capítulo importante da nossa história recente, que na época não pode ser contado porque sofríamos a mais brava ditadura militar, sob censura total. Primeira providência: preparar uma alentada pauta para todas as pontas desta história que não entrou nos livros de história das escolas. A idéia era preparar um dossiê histórico, abrindo espaço para as versões dos dois lados desta guerra - a da luta armada e a da repressão. Sempre achei que essa é uma tarefa básica da imprensa: registrar, quando possível, tudo o que aconteceu, para que os historiadores do futuro possam fazer seu trabalho.

Imaginei que os concorrentes também pensavam assim e, por isso, era preciso ter pressa para publicar o nosso trabalho antes dos outros. Em jornal, de nada vale você fazer a melhor matéria do mundo se os outros já saíram na frente. Por isso, apressei-me em ir logo para Brotas de Macaúbas, o epicentro da chamada "Guerra do Sertão", cidade próxima ao povoado de Pintada na Bahia, onde terminou a luta do capitão Carlos Lamarca e do seu fiel companheiro José Campos Barreto, o Zequinha. Para não cair de paradas na história, fiz um contato com um irmão de Zequinha, Oldérico, que mora em Brotas e é uma espécie de último gurdão do "acontecido", como o povo da caatinga se refere aos fatos de agosto/setembro de 1971. **SURPRESA.** Quando avisei em casa que ia viajar e qual o tema da matéria, minha filha mais velha, Mariana, 18 anos, universitária, me perguntou candidamente quem era Lamarca. Aí me dei conta, mais ainda, da importância deste trabalho. Há uma geração inteira, até filhos de jornalistas, que desconhecem o que aconteceu no Brasil do início dos anos 70. O segundo espanto eu tive ao chegar a Brotas: embora faltassem poucos dias para o 17 de setembro, nenhum outro jornalista havia aparecido por lá. A cada passo, a cada entrevista com as testemunhas do "acontecido", fui descobrindo como eu mesmo, que na época já trabalhava numa redação da grande imprensa, a do "Estadão", sabia pouco, quase nada sobre o que

Um país sem memória

O repórter Ricardo Kotscho volta ao local onde mataram o capitão Carlos Lamarca, um dos líderes da guerrilha dos anos 70.



realmente houve no sertão baiano. Em primeiro lugar, descobri que não houve nenhuma 'guerra' no sertão, mas unicamente, uma ação de extermínio contra os últimos remanescentes da luta armada, comandada pelo Exército e pelo "Esquadrão da Morte" do falecido delegado Sergio Fleury.

Lamarca e Zequinha foram fuzilados quando desciam à sombra de uma barauña - famintos, exaustos, doentes, já sem nenhuma condição de reagir. Mais do que isso: para chegar a eles, os homens de

Fleury e do Exército torturaram e humilharam um sem-número de sertanejos. Mesmo assim, e ainda oferecendo dinheiro a quem desse informações sobre eles, levaram mais de 20 dias para derrotar um "exército guerrilheiro", que a esta altura se resumia a dois homens em desesperada fuga pela caatinga. Das pessoas diretamente envolvidas no "acontecido" só ficaram na região um representante de cada lado: o carcereiro aposentado Genésio, que serviu de guia para as tropas federais, e Oldérico, o irmão de Zequinha. Moram na mesma rua, a menos de 100 metros

um do outro. No dia de ir embora, consegui reunir os dois sentados lado a lado no sofá de Genésio. Foi um encontro duro, sofrido. Genésio diz que foi obrigado a fazer o que fez, mas não faria de novo. Oldérico entende. Afinal, os dois, um por parentesco, outro pela função que exercia, viram-se envolvidos num confronto que teve em Brotas de Macaúbas apenas o cenário do desenlace.

MELHOR LEMBRAR. Ao sair da casa de Genésio, já me despedindo de todo mundo, ele me chamou de volta, encostou a porta e me colocou diante da maior sinuca. "E o senhor, o que acha disso tudo? Não é melhor esquecer, colocar uma pedra por cima do acontecido?" Como repórter, aprendi que não devo tomar posição, me envolver pessoalmente na matéria que estou fazendo. Como cidadão, agora que a matéria já foi publicada, posso responder aqui pelo jornal: não, Genésio, não é melhor esquecer. É mantendo viva a nossa história, discutindo cada episódio com o maior número de informações possíveis, que nós vamos entender melhor porque estamos na situação a que chegamos hoje e o que podemos fazer para transformar a realidade, sem repetir os erros do passado e sem fechar a janela com medo de ver o futuro. Fiquei frustrado porque

Senhor emendão

Depois de tomar café da manhã com Collor, de ser condecorado pelo governo, o deputado Ulysses Guimarães dispôs-se a correr o país mais uma vez, para defender o entendimento proposto pelo presidente. Hoje, a missão se resumiria à tentativa de aprovar o Emendão, ou seja, desmontar a Constituição que Ulysses dizia ser a sua grande obra. Depois de Senhor Diretas e Senhor Constituição, agora, Senhor Emendão, dr. Ulysses?

Oh pátria amada!

Há cinco anos, uma tal "Diretriz Brasil nº4, Ano Zero" de um certo professor Mauro Nogueira, foi publicada em O Estado de S. Paulo e deu impacto a uma campanha contra as missões religiosas, a mesma campanha que já vinha sendo feita em pequenos círculos, onde o mesmo texto era entregue a industriais e generais supostamente dedicados à defesa da Pátria ameaçada pelos poderes estrangeiros. A CPI do Congresso, destinada a investigar o problema, no final daquele ano, acabou provando que o tal professor era na realidade um agente da Construtora e Mineradora Paranapanema e que o documento não passava de uma falsificação grosseira. Segundo o bispo Aparecido Dias, presidente do CIMI, em depoimento à CPI da Internacionalização da Amazônia, o mesmo documento voltou a circular, no mesmo circuito de generais e industriais, especialmente nos encontros em que a direita articula sua atuação na Eco-92.

Além de Collor

A oposição do PMDB a Collor pode ser devida ao fato de seus grandes dirigentes não acharem Collor suficientemente consequente: Quêrcia já havia privatizado a Vasp, mesmo enfrentando contestação jurídica e política; ora Fleury cria uma estatal para privatizar estatais - 25 já estariam numa lista que o governador leu para industriais potencialmente interessados.

O ano que nos falta

Ainda este ano: comício de Brizola contra a venda da Usiminas (21/10); leilão da Usiminas na Bolsa do Rio (24/10); leilão da Celma - Cia Eletro-mecânica (28/10); leilões da Maferisa e da Cosinor, fábrica de material ferroviário e siderúrgica nordestina (14/11); e campanha da CUT, CGT, dos petroleiros, dos eletricitários e trabalhadores nas empresas de comunicação contra a privatização colorida. Sem falar no descontrolado da inflação e de um possível pacote econômico-financeiro.



BRASIL AGORA BRASIL AGORA BRASIL AGORA BRASIL AGORA

FESTA DE LANÇAMENTO DO JORNAL QUE TOMA PARTIDO

2ª FEIRA 28 DE OUTUBRO A PARTIR DAS 20H

LOCAL: BAR AVENIDA
AV. PEDROSO DE MORAES, 1.036 - PINHEIROS
FONE: 814-7383

CONVITES À VENDA NO DIRETÓRIO MUNICIPAL
R. PEDRO TAQUES, 68 - C/FÁTIMA
FONES: 257-6536 / 259-9459 / 231-3423 / 256-3889

ASSINEJÁ

CRÍTICA, REFLEXÃO, FATOS:
UM JORNAL QUE VEIO PARA FICAR

PREÇO DO EXEMPLAR: CR\$ 700,00
ASSINATURA SEMESTRAL: CR\$ 7.200,00 (12 EDIÇÕES)
ASSINATURA ANUAL: CR\$ 15.000,00 (25 EDIÇÕES)
ASSINATURA DE APOIO: CR\$ 12.000,00 (SEMESTRAL)
CR\$ 24.000,00 (ANUAL)

(PREÇOS VÁLIDOS PARA O MÊS DE OUTUBRO)

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: AL. GLETE, 1.049
CEP 01215 - SÃO PAULO - SP - BRASIL
TELEFONES: (011) 220-7198 E 222-6318

FAÇA JÁ SUA ASSINATURA PELO TELEFONE 220-7198

BRASIL AGORA 7

O EXTERMINADOR



Os tiros vieram de todas as direções e pegaram o presidente em cheio. As denúncias de corrupção chegaram a sua casa, estremecendo o casamento. Aliados de ontem cobram parte maior do botim para continuar no barco. O Emendão foi retalhado e tenta furar a longa fila de votação do Congresso. O vice Itamar Franco avisou que está pronto para assumir o posto que foi do outro

vice, Sarney, se o parlamentarismo vingar antes do tempo. Impulsivo, mas contrariado, o homem de uma bala só, fazendo o papel de exterminador bandido, o robô-mutante do filme em cartaz, não se deteve diante de tudo isso. E levou mais dois petardos pela cara: o adiamento do leilão da Usiminas, questão de honra do seu plano privatizante, ameaçado até pelo comício chamado por Brizola; e a desmentida desvalorização do cruzeiro, que iniciou um novo choque na economia. Munido da MP 299 (a "Santíssima Trindade, por reunir as funções do Executivo, do Legislativo e do Judiciário", no dizer do deputado José Carlos Sabóia, do PSB maranhense), Collor espera atrair o centro e a direita para recompor o governo, sem dar chance ao *impeachment* ou à redução dos seus poderes - a caldeira política que ameaça seu futuro.

O presidente Collor está escondendo o jogo, dramatizando a crise política e deixando correr, sem resposta, boatos sobre golpe, renúncia ou *impeachment* para atemorizar seus adversários - especulava no final de setembro o bem informado semanário *Carta Política*, publicação mais voltada para o público empresarial. Interessado na aprovação do Emendão, Collor acenava com o caos para facilitar um acordo, sem divisão de poderes, com os setores conservadores.

De lá para cá, o presidente chegou a reatar com a esposa, para desanuviar o ambiente. Mas o quadro piorou. Veio a máxi, impera o *liberou geral* dos preços, baixaram outro tarifaço e um novo choque está próximo. Collor ganha tempo e se recompõe dos petardos mais recentes, como o de sua ex-assessora Belisa Ribeiro, que o "desnudou" em artigo no *Estadão*, ou o de seu vice, Itamar Franco, que se confessou preparado para substituí-lo a qualquer momento.

Na frente política, mostrou-se compreensivo com Brizola, que o ameaça com o comício em defesa da Usiminas, mas ajuda a aprovar o bilhão de dólares para os CIACs no Orçamento-92, para indignação do PMDB que, como o PT, votou contra na Comissão Mista do Congresso. Ao mesmo tempo, volta-se com igual atenção para o quercista Fleury, que o fustiga com um plano de privatização *para valer*.

PROVA DOS NOVE. Aproveitando a maré do debate sobre "entendimento", o governador paulista reforça seus laços com o grande capital (ele anuncia a cri-

ação da Companhia Paulista de Desenvolvimento, para viabilizar a concessão de serviços públicos à iniciativa privada e acena com uma lista de 25 estatais paulistas privatizáveis). No fundo, quer provar ao empresariado que pode executar o projeto neo-liberal com maior eficiência que Collor.

De todo modo, Collor parece mais interessado numa vitória de curto prazo - a solução da Usiminas -, para se cacifar na administração do estrutural: a negociação da dívida, o ajuste fiscal e a desregulamentação da economia.

No primeiro caso, conta com os poderes da Medida Provisória 299, uma anomalia jurídica negociada previamente, ao que parece, com o PFL, PMDB e um setor do PSDB. Consta que seria aprovada com o apoio de 70% da bancada do PMDB e de 50% da bancada do PSDB. Nesses partidos, só votariam contra os deputados mineiros e os que são influenciados por eles.

No segundo caso, a máxi-desvalorização teria sido um atropelo na política de só pagar a dívida de acordo com a capacidade interna do país. Mas o choque em curso, com a perspectiva de um indexador tipo dólar, pode levar o governo a ganhar um pouco mais de fôlego.

DOIS PROJETOS. Entre tantas manobras, há pelo menos um consenso entre as forças que compõem o Congresso: sem refazer sua base parlamentar e social (a reconciliação com Rosane atendeu os resultados de uma pesquisa na base), Collor pode não emplacar 1994.

Essa unanimidade no diag-

Aos descamisados, o de sempre...

O metalúrgico Jorge Januário deixou de fazer amortecedores em 1988, quando seu nome saiu numa longa lista de cortes da Cofap. Desde então, ele transformou sua garagem, na zona leste de São Paulo, num bazar. Para sustentar a mulher e três filhos, ele consegue tirar Cr\$ 150 mil livres por mês. Jorge perdeu sua profissão por causa das sucessivas e fracassadas políticas antiinflacionárias e agora vê a sua renda mensal minguar, justo nas vésperas de Natal, quando o mercado deveria viver uma euforia. "Ninguém tem dinheiro para comprar nada e a gente paga uma fortuna de imposto", lamenta ele, informando que o aluguel de um porão custa Cr\$ 70 mil, e o salário só dá para comprar comida. Segundo a Pesquisa Emprego/Desemprego (PED) do Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (Seade) e do Dieese, o comércio na Grande São Paulo começou a demitir em agosto. Os juros altos, receitados para deter os preços, impedem as vendas a prazo e causam férias coletivas em grandes indústrias como a Clímax e a Continental 2001, fabricantes de geladeiras e fogões.

"Eu já estava com vergonha de bater o cartão e ficar sem fazer nada", conta o metalúrgico gaúcho Antonio

AGÊNCIA FOLHAS-JORGE ARAÚJO

instável e ameaçador, confiante e inseguro, Collor joga suas fichas na direita para durar até 1995



Dólares: reais e fantásticos

A revista *Conjuntura Econômica* da Fundação Getúlio Vargas revelou um fato extraordinário: a entrada real de capital estrangeiro no Brasil se concentrou nos anos do milagre econômico - 1968-73, muito distante, portanto, do período em que o Brasil mais tomou dólares no exterior. Em outras palavras, o crescimento da dívida é um fenômeno financeiro, não está relacionado com o capital real, que entrou no país na forma de máquinas e equipamentos. As máquinas e equipamentos estrangeiros que passaram a integrar o capital fixo das empresas representaram 40% das máquinas instaladas no país, de 1970 a 1973, anos do milagre; 20%, entre 1974-80, quando a economia se desacelera; e 10%, de 1980 a 1988, quando o país vê sua dívida explodir e tem de começar a pagá-la.

É uma constatação que ajuda a mostrar como o Estado brasileiro chegou aos níveis de endividamento atual. Foram as empresas privadas que fizeram a dívida externa real brasileira, basicamente nos anos do milagre. A indústria automobilística e as empreiteiras que mudaram a face das cidades brasileiras expandiram-se nesse período, trazendo, efetivamente, máquinas de fora. Nesse período, a dívida era - em 90% - dos particulares.

Quando o milagre acabou, o país não tinha dólares para pagar a dívida. Para obter dólares, teve de incentivar os exportadores. O incentivo básico à exportação é a desvalorização da moeda nacional - assim se ganha cada vez mais cruzeiros pelos mesmos dólares exportados.

Antes que o cruzeiro se desvalorizasse, no entanto, os particulares pagaram a dívida em cruzeiros para o Estado.

O Estado só vai começar a pagar a dívida em 1983 - depois das brutais desvalorizações da moeda nacional realizadas entre 1979 e 1983. Portanto, tendo de pagar pelos dólares obtidos pelos exportadores um preço muito mais alto do que o recebido dos que deviam em dólares e lhe pagaram em cruzeiros. Com isso, o Estado endividou-se frequentemente, sem ter comprado um parafuso lá fora, apenas por efeito de operações financeiras.

Calcula-se que o fato de o Estado ter assumido esse risco cambial lhe custou 30 bilhões de dólares. Ou: atuais 18 trilhões de cruzeiros. Volte-se a lembrar: Collor disse na tevê que a dívida interna do Brasil está nesse patamar: 11 trilhões de cruzeiros.

RAIMUNDO PEREIRA



OS CALCHIRRINGOS E SELADONO - 25 X 2000 - 1991

nóstico da crise de governo revela, por outro lado, uma surda disputa entre setores governistas e da oposição conservadora, cada um a seu modo querendo oferecer ao presidente uma alternativa de "governabilidade". Ou seja, participar do governo.

São basicamente dois os projetos à disposição de Collor, que ele analisa, embora sem admitir de público. O primeiro, uma composição com o PSDB, eventualmente envolvendo parcela do PMDB. O acordo exigiria mudanças cosméticas na atitude do governo, que deveria cortar na própria carne, desfazendo-se, por exemplo, de sua ver-

tente alagoana.

O segundo caminho reedita e atualiza a estratégia utilizada por Sarney em 1987, após o fracasso do Plano Cruzado, quando marchou rápida e seguramente em direção à direita.

SOLUÇÃO NATURAL. Como é natural - e provável -, as raposas mais espertas da direita apostam dez contra um na segunda via. Poucos acreditam no vôo dos tucanos. Falta força ao PSDB, pelo menos neste momento. Caso vingue uma opção parlamentarista, o partido passaria ocupar a lugar destacado, fiel da balança entre o PMDB e toda a direita fisiológica.

A recomposição pela direita

já constitui um hábito para as elites no país. Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), filho-negociador de Antonio Carlos Magalhães, governador da Bahia, dá como certa essa alternativa. "O agravamento da crise", prevê, "levará necessariamente a este acordo", como a confirmar a estratégia de Collor de fazer-se de vítima para negociar melhor.

Entre esses políticos, não há sequer uma palavra sobre a crise social que se aprofunda (*ver o quadro nesta página*). Nem sobre as mudanças estruturais que o país reclama. A tragédia brasileira deve ser empurrada com a barriga. O importante mesmo é achar uma solução para o impasse Collor.

O presidente também pensa assim. Sabe que precisa conter o bombardeio contra seu fraco governo, de promessas não cumpridas e lances de efeito. Por isso, procura lançar o descrédito

sobre algumas propostas, mas nos bastidores estuda as possibilidades. *Impeachment*, antecipação do plebiscito sobre sistema de governo, eleições gerais em 1992 são variáveis que o estado-maior collorido esquadrinha meticulosamente. E mesmo o vice Itamar Franco, que muitos consideram folclórico, é acompanhado de perto, por se entender que ele não fala só por si. Há todo um empenho para evitar que ele cresça na conjuntura.

QUANDO VOTAR. Nos próximos dias, a sorte do Emendão, mais propriamente da reforma fiscal, estará sendo decidida.

A cúpula do PMDB se reúne, dias 17 e 18 agora, para traçar a estratégia de votação. Para votar o que o governo quer, o partido de Quéricia impõe duas condições: que o governo componha uma maioria e que faça o que cabe ao governo: governar. Quanto à reforma fiscal, o líder Genebaldo Correia, impactado pela aprovação dos CIACs, já avisou: só aprova se souber, direitinho, para onde vai o dinheiro.

O PSDB, por sua vez, tem reunião marcada para os dias 25 e 26, quando falarão os notáveis Fernando Henrique, Mário Covas e José Serra. O senador José Richa, do Paraná, tem um diagnóstico curioso, já pronto: a crise precisa se agravar para sair o entendimento que defende. Logo...

Mas para chegar ao estágio atual o Emendão sofreu muito. Desde março, quando Collor anunciou em rede nacional de rádio e TV o seu "Projeto", houve muita badalação e pouco de concreto. Só no começo de outubro é que o Emendão, a esta altura "emendinha", foi apresentado aos parlamentares pelo ministro Passarinho. Sobrou um texto com oito artigos, propondo a alteração de 20 dispositivos na Constituição.

Na reunião do colégio de líderes, o governo já fora informado de que ninguém aceitaria o fim da estabilidade do funcionalismo, nem as modificações na previdência social. Assinalaram que o limite seria mesmo a reforma fiscal. Contrariado, o deputado Roberto Campos (PDS-RJ), um dos líderes do Bloco da Economia de Mercado (BEM) consou-se com as possibilidades

de alcançar maiores aberturas da economia para o capital estrangeiro.

SALVAR A PELE. Durante todo esse tempo, Collor usou o Emendão como escudo para sua falta de soluções, para sua fraqueza. Tentou culpar a Constituição pelo fracasso de sua política econômica, buscando desesperadamente um acordo que lhe salve a pele. Mas ninguém deu muita importância aos dados sombrios apresentados durante a reunião do Conselho da República pelo secretário especial para Assuntos Econômicos, o professor Roberto Macedo. Afinal, nenhuma das versões apresentadas nesse período propunha medidas econômicas para o curto prazo.

Além da parte econômica, o emendão acolheu o monstro jurídico que amplia os poderes do Supremo Tribunal Federal (STF), concedendo-lhe competência exclusiva para julgar ações polêmicas de interesse do governo. Vacina contra a campanha em defesa da Usiminas e contra as decisões de instâncias inferiores em casos de disputas trabalhistas ou de pendências de contribuintes com o governo, este casuismo é uma herança maldita do governo Geisel, sepultada pela Constituição de 1988 e agora revivida pelos juristas de plantão.

A OUTRA FACE. Tramitam no Congresso duas propostas de antecipação do plebiscito sobre sistema de governo e do período da revisão constitucional. A proposta do deputado José Serra (PSDB-SP), que em artigo recente ele admite compatibilizar com a de seu colega de partido, o senador José Richa, antecipa o plebiscito em seis meses da realização prevista na Constituição. Richa propõe o plebiscito para abril de 1992.

Em comum, ambos sugerem a implantação do parlamentarismo apenas a partir de 1995, após a eleição presidencial. Collor teme mais a emenda Richa que, se aprovada, e vencendo o parlamentarismo, pode encurtar seus poderes.

A implantação do parlamentarismo com este Congresso, porém, seria uma alternativa talvez igualmente conservadora. Seria simplesmente a outra face de Collor. Ou, como preferirem, a outra cara do exterminador.



Januário: a sobrevivência na garagem

Moreira, demitido da fábrica de auto-peças Arte-Técnica no final de setembro. Nas contas do sindicalista Jurandir Danin, 10% dos 50 mil metalúrgicos da região de Porto Alegre ficaram desempregados neste ano.

A socióloga Annez Andraus Troyano, diretora de análise sócio-econômica do Seade, não tem bases para comparar esta crise com a do começo dos anos 80. De 1981 a 1983, quando aconteceram os saques em São Paulo, o Seade/Dieese ainda não fazia

a Pesquisa Emprego/Desemprego. Mas acredita que ainda não chegamos ao mesmo fundo de poço. "Naquele tempo, os trabalhadores atravessaram três longos anos sem expectativa de encontrar trabalho", avalia. "Hoje" diz ela, "as taxas de emprego oscilam muito: caem com os pacotes antiinflacionários, mas a economia reage logo depois".

O que não significa que estamos melhores. Apesar da entrada de mais de 1,5 milhão de pessoas no mercado de

trabalho entre 1985 e 1991, a massa salarial caiu 19%. Em 1985, o salário máximo de 25% dos trabalhadores paulistanos era igual a Cr\$ 65.736, a preços de junho de 1991. Na metade deste ano, 41,3% ganham abaixo dessa quantia.

Além do empobrecimento, outro efeito é a desvalorização moral do trabalho. Segundo o Seade, 38,2% do 1,3 milhão de autônomos de São Paulo trabalham vinculados a empresas. Ou seja, não é um trabalhador independente, mas um desempregado que arrumou um serviço sem que o patrão precise desembolsar os encargos sociais.

A informalização da economia paulistana já não se limita mais aos camelôs, que enchem as calçadas e provocam a raiva dos bempostos. Cansado de procurar emprego, o motorista Isaias Lima decidiu comprar um ônibus usado por Cr\$ 3,5 milhões e passou a competir com seus antigos patrões. Há três meses, ele passa sob as vistas grossas dos fiscais para ganhar Cr\$ 60 mil por dia.

O CHOQUE EM MARCHA

Na moita, jurando que não haveria novo choque, o ministro Marcílio já deu duas descargas poderosas: a desvalorização de 16,2% do cruzeiro e um tarifaço de até 20%. Para completar o choque em marcha, só falta o congelamento de preços. Qual a lógica desse conjunto de medidas?

A maxi estimula as exportações, porque elas passam a render mais em cruzeiros. Isso ajuda a recompor as reservas do governo em moeda forte, que estavam caindo à razão de meio bilhão de dólares por mês e ameaçavam cair ainda mais rápido até o final do ano. Essas reservas são vitais na nova proposta de renegociação da dívida antiga, desmoralizada, por títulos novos, garantidos por dólares depositados em bancos do exterior.

Mas a maxi também aumenta os custos de importação: petróleo, produtos químicos e fertilizantes, quase tudo importado pelas estatais—custo do governo. Para compensar, é preciso o tarifaço, o aumento extra nos preços dos combustíveis, da eletricidade, dos serviços públicos em geral.

A próxima descarga esperada é o congelamento. Ou seja, o governo congela todo o estrago que fez para que dure o máximo de tempo possível. Congela as tarifas e os preços lá em cima, (por isso era preciso o *liberou geral*), e congela os salários lá em baixo, porque estes estão sempre atrasados na corrida contra os preços.

Tudo isso está tendo um gigantesco custo social. A alta desenfreada dos preços, estimulada pelo liberou geral, tira mais poder de compra dos trabalhadores. E a antiga classe média usou seus cruzados novos liberados para o feijão-com-arroz, não os jogando na aquisição de bens duráveis. Assim, as grandes empresas foram pegadas no contra-pé, porque haviam superestocado, apostando numa recuperação que afinal não veio. De fato, o PIB, que vinha crescendo a uma taxa anual de 7% até junho, recuou de julho em diante.

Agora, o quadro é de pânico: grandes empresas estão demitindo ou decretando férias coletivas em pleno outubro, ao mesmo tempo em que vários conglomerados correm aos bancos.

Depois, tudo voltará ao "normal". Fim do congelamento e novo surto de inflação. Ai é que poderá vir um choque diferente, que um grupo de economistas, escondido em algum lugar do país, já está preparando. Seria um pacote com indexador, de preferência o dólar. Daí a maxi, daí talvez a necessidade de outra.

Há quem fale até em dolarização, sonhando com a Argentina (ver a matéria da página 14). Nesse caso, a classe média tradicional seria levada para onde sempre desejou: seríamos um feliz colônia americana, com direito a pagar o hambúrguer e a Coca-Cola, no McDonald's da esquina, com o verdadeiro dólar americano. Quanto aos descamisados, seriam descamisados em dólar.

BERNARDO KUCINSKY

A esquerda, indefinida

Sem mobilização social, a saída para a crise pode vir, de novo, pelo alto.

A bancada da esquerda no Congresso não está propriamente perplexa, como pretendia o presidente Collor, mas revela uma certa indefinição sobre o que fazer diante da crise do governo. Talvez seja reflexo natural do momento de redefinição política por que passam todos os partidos da esquerda brasileira.

O líder da bancada do PT, deputado José Genoíno, diz que é preciso mostrar à sociedade que há propostas alternativas para a crise. E vai defender, na reunião de 13 e 14 agora do Diretório Nacional, uma aliança de centro-esquerda com a participação de entidades da sociedade civil.

No entender do Genoíno, "a crise no interior do governo não é provocada pela mobilização das forças populares, mas por desacordo entre as forças conservadoras". Por isso mesmo, opõe-se às propostas de *impeachment*, aceitando sob condições a antecipação da revisão constitucional. Alteração de calendário eleitoral seria desfavorável à esquerda, imagina ele, embora acredite possa ser uma opção política, "caso venha no bojo de eleições gerais, com o fim de todos os mandatos".

CAMPANHAS DE RUA. Já o deputado Hélio Bicudo condena qualquer antecipação. A seu ver, má ou boa a Constituição é a única alternativa democrática a ser defendida diante do impasse Collor. "Se a melhor saída for o *impeachment* (que já sustentou em artigo na *Folha de S. Paulo*), devemos propô-lo, pois é legal", pondera Bicudo.

Aloízio Mercadante, também do PT, nega que tenha proposto uma campanha a favor do impedimento do presidente. "Trata-se apenas de um dos instrumentos democráticos de que nos podemos valer", argumenta, ao mesmo tempo que propõe ao PT organizar campanhas de rua, entre elas a denúncia contra a corrupção. Certo de que o projeto neo-liberal está em marcha e de que o governo está impondo o ajuste do FMI, Mercadante sugere a articulação de um programa alternativo mínimo, incluindo em sua sustentação até os setores não-quercistas do PMDB.

O secretário-geral do PT, deputado José Dirceu, reconhece que "não há acordo para a saída da crise econômica, mas haverá um desenlace da crise". Na sua opinião, qualquer saída sem mobilização social jogará água no moinho da direita, favorecendo posições golpistas.

"Estamos falando do *impeachment* com a CUT ca-

indo aos pedaços", fulmina ele, aconselhando a esquerda a se preparar para a disputa eleitoral do ano que vem, para a revisão constitucional e as eleições de 1994.

CAUTELA. Longe de considerar esta opção como legalista, Dirceu afirma que todas as forças políticas estarão travando a disputa de acordo com este calen-

dário. Fora disso, acredita, qualquer proposta só terá sentido "se a disputa de hegemonia na sociedade já tiver alterado a correlação de forças a nosso favor".

Em favor de sua tese, acrescenta um forte argumento: e se Collor vencer as eleições de 1992, o Congresso terá forças para rejeitar suas propostas?

No PT, não é apenas o momento de redefinição política in-



terna, expresso nos debates do 1º Congresso, que impede uma visão de conjunto mais articulada. Uma parte expressiva da bancada, integrada por lideranças de destaque no movimento sindical urbano e rural, demonstra dificuldades no acompanhamento do debate global em curso.

Deputados como Adão Preto (PT-RS), dirigente do Movimento Sem Terra, ou Carlos Santana, ferroviário do Rio de Janeiro, afirmam que o partido está perdido e se dizem assustados. Ernesto Gradela, da bancada paulista, teme que o PT, ao implementar um programa mínimo para enfrentar a crise, acabe levantando propostas que possam ser implantadas por Collor.

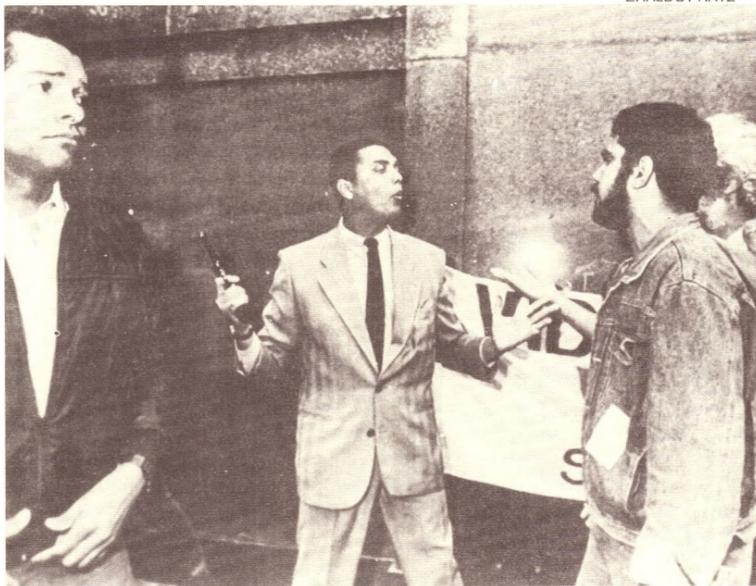
Nos demais partidos da esquerda existe uma cautela na avaliação da crise do governo Collor e nas alternativas em caso de impasse. Para Célio de Castro (PSB-MG), "não há crise de governabilidade e sim de governo". Ele crê que o governo está dramatizando a crise para criar um ambiente propício a um grande acordo entre as elites.

FRENTE POPULAR. Aldo Rebelo, do PCdoB de São Paulo, preocupa-se com a formação de uma frente democrática e popular, capaz de fazer valer a Constituição diante de um possível impasse.

Sérgio Arouca, do PCB do Rio, detecta na crise "raízes catastróficas", mas prevê que Collor irá até o fim do mandato graças a uma recomposição de seu governo - pela direita. Prova disso, diz ele, é que as tentativas de um acordo pelo centro teriam sido bloqueadas dentro do próprio governo, sobretudo pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho.

As hipóteses cogitadas fora do calendário eleitoral - *impeachment* ou eleições gerais - têm pouca chance de vingar, independente de sua conveniência política. No caso do primeiro, a Câmara dos Deputados teria de admitir, por dois terços de seus membros, acusação contra o presidente da República, pedindo julgamento pelo Supremo Tribunal Federal de crimes de responsabilidade que atentem contra a Constituição.

No caso do impasse chegar a um ponto intolerável, sem margem de manobra para a tradicional recomposição pelo alto, as eleições gerais poderiam ser o desfecho mais democrático dentro da institucionalidade. Mas para que isso ocorra o Congresso teria de votar sua própria dissolução. Acredite quem quiser.



Leilão: tiro que ampliou a confusão

O fator Usiminas

A CUT vai voltar as ruas no dia 24 para se opor à nova tentativa de leilão da Usiminas, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. A Plenária Nacional dos Petroleiros decidiu fazer uma campanha em defesa do monopólio estatal do petróleo. As intenções privatizantes do governo são múltiplas: a telefonia móvel, as redes de computação, a previdência nas faixas de renda mais altas, a fábrica de material ferroviário, siderúrgicas - o governo pretende entregar tudo aos particulares. Com isso, atinge diretamente os interesses de amplas camadas de trabalhadores.

A direita aproveita o momento liberalizante que o mundo está vivendo. Uma pesquisa recente feita para o governo teria mostrado que 73% da opinião pública brasileira é a favor da privatização das estatais (eles formam a opinião pública numa certa direção e, depois, a constatarem...).

Os nacionalistas também já estão em campo. Com Brizola à frente começa a articular-se um conjunto de forças que pretende incluir não só o vice-presidente da República do governo Figueiredo, como o vice atual, Itamar Franco. O problema é que, até agora, a esquerda não tem uma posição unificada sobre o problema.

Vale à pena relembrar a mobilização contra a privatização da Mafersa, durante acampanha presidencial passada. A Frente Brasil Popular assumiu a posição da Comissão de Fábrica da empresa, que era contrária à privatização; e o projeto de venda da companhia teve de ser deixado de lado pelo governo Sarney.



A mesa que separa Brizola de Collor

Os donos do mundo

Nós salvamos a Europa, curamos a pólio, fomos à Lua e iluminamos o mundo com nossa cultura. Estamos agora às vésperas de um novo século. Que país lhe dará seu nome? Eu digo que será outro século norte-americano”.

As afirmações do presidente norte-americano George Bush servem para lembrar os desastres de que o mundo que saiu da guerra fria, da queda do muro de Berlim, da guerra do Golfo e do desmoronamento da URSS como potência, passou a ter nos EUA sua única superpotência, baseada no seu incontestável poder militar, acoplado ao poderio nos meios de comunicação.

A novidade em relação aos cenários anteriores está na diferenciação entre a hegemonia militar norte-americana e a hegemonia econômica e tecnológica do Japão e da Alemanha. “Um tipo de divisão do trabalho em que, segundo a revista *Foreign Affairs*, os EUA contribuem com as tropas e armas necessárias para sustentar o balanço do poder, enquanto seus aliados financiam os déficits energéticos, orçamentário e comercial em que os norte-americanos incorrem”.

RECUO. Corroída por sua crise interna, a URSS cedeu e foi derrotada na Guerra Fria. Retirou suas tropas do Afeganistão, estimulou os cubanos a sair de Angola, pressionou os vietnamitas a fazer concessões no Camboja. Mas nem por isso os EUA desativaram sua base naval em Guantanamo, suspenderam o apoio norte-americano e paquistanês à guerrilha afegã ou suspenderam a ajuda militar a El Salvador.

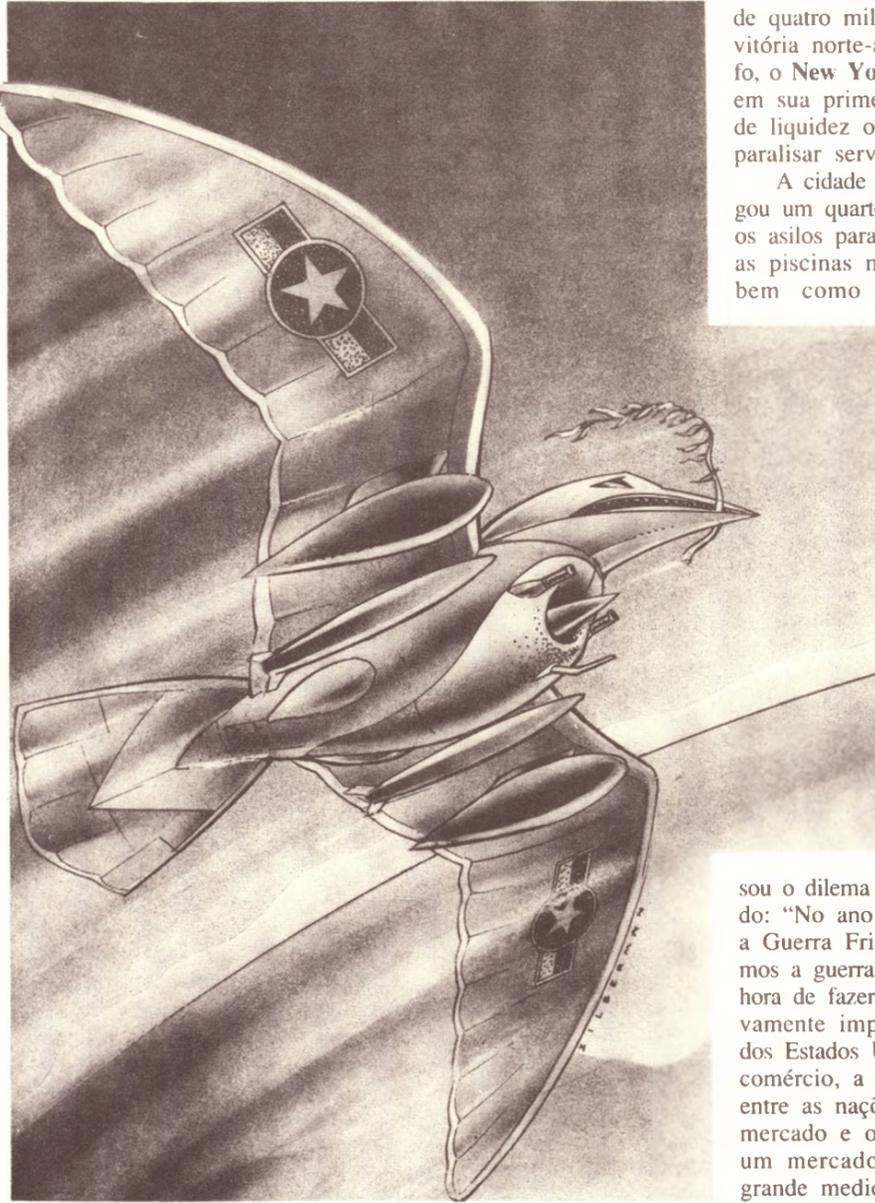
Enquanto a URSS abandonou unilateralmente a doutrina da “soberania limitada” de Brejnev pela teoria do “my way” de Chevardnadze, os Estados Unidos invadiram o Panamá e fizeram a guerra contra o Iraque.

Se a URSS restringiu radicalmente sua presença militar no mundo, os EUA mantêm suas principais bases no exterior. Entre elas se contam as da Coreia do Sul, várias no Japão, algumas muito contestadas nas Filipinas, outras em Cingapura, Espanha, Marrocos, Itália, Grécia, Turquia,

Os Estados Unidos estão prometendo reduzir suas armas nucleares.

Força ou falta de dinheiro?

PAULO ZILBERMAN



Egito, Emirados Árabes Unidos, Chipre, Honduras, Panamá, Porto Rico, Alemanha, Árabia Saudita, Kwait...

MARKETING. É nesse cenário que Bush anunciou recentemente um corte “unilateral” do arsenal nuclear norte-americano, imediatamente louvado pela imprensa mundial como uma notícia deveras alvissareira, levando Gorbachev a prometer um corte ainda maior na capacidade bélica soviética.

Apesar de consistir principalmente num lance de marketing diplomático — afinal, os cortes prometidos não mexem nas chamadas armas nucleares estratégicas dos Estados Unidos — o gesto norte-americano representa mais do que uma adequação aos novos tempos, em que o urso soviético anda meio combatido: expressam também o profundo debilitamento econômico norte-americano.

Os EUA estão tendo que retirar 200 mil de seus 300 mil sol-

dados da OTAN e ceder as principais posições de mando a oficiais europeus, por não suportar economicamente o peso dos gastos. Poucos dias antes da parada militar que comemorou, nas ruas de Nova York, com a presença de quatro milhões de pessoas, a vitória norte-americana no Golfo, o *New York Times* intitulava em sua primeira página: “Crise de liquidez obriga municípios a paralisar serviços”.

A cidade de Nova York apagou um quarto das luzes, fechou os asilos para pessoas sem casa, as piscinas nos bairros pobres, bem como os hospitais no Harlem, e despediu 10% dos professores. Na Califórnia, as bibliotecas públicas estão fechadas, enquanto no Texas os hospitais estão eliminando os serviços para os pobres.

DILEMA. Diante deste problema, o presidente do Comitê do Senado norte-americano expres-

sou o dilema dos donos do mundo: “No ano passado ganhamos a Guerra Fria. Este ano ganhamos a guerra do Golfo. Agora é hora de fazer a guerra que efetivamente importa para o futuro dos Estados Unidos: a guerra do comércio, a guerra sem quartel entre as nações pela divisão do mercado e o nível de vida em um mercado mundial que em grande medida soma zero.”

Esta é a “nova ordem internacional”: a preponderância geral dos EUA, baseada em sua hegemonia militar combinada com a dos meios de comunicação; a URSS relegada à condição de potência em declínio vertical, sem condições econômicas, estabilidade interna ou mesmo política que lhe reserve um lugar determinado na nova ordem; e a maioria esmagadora da humanidade para quem as grandes potências não têm o que dizer, exceto que a “nova ordem”, se não é o melhor dos mundos, é o que há disponível no mercado.

Fronteiras e Direitos

O princípio da soberania nacional ganhou nas últimas semanas mais uma contestação. No documento final de uma reunião do Conselho de Segurança e Cooperação na Europa, que reúne os países do Leste e do Oeste, encerrada no último dia 4, em Moscou, se inseriu o direito de a entidade enviar missão aos países que violarem os direitos humanos, mesmo contra a vontade do Estado acusado.

Sem pedir licença

A Agência Internacional de Energia Atômica também quer ter direito de intervir nos assuntos internos de países soberanos, para aumentar seu controle sobre as operações de usinas nucleares. Hoje, a agência realiza inspeções em usinas de países que se filiaram a ela.

Mas só nos locais indicados pelo país visitado. O Brasil agora também é filiado, após intensas pressões americanas: assinou o acordo no dia 16 de setembro. A AIEA agora quer poder inspecionar instalações que consideram suspeitas, independentemente da opinião do país que visite. É a primeira grande modificação nos estatutos da entidade, desde sua criação em 1957. Foi proposta na assembleia geral que a agência realizou em Viena, em meados de setembro. E será votada em nova assembleia, em fevereiro. Precisa de aprovação do Conselho de Segurança da ONU.

Até onde vai a ONU

Nos últimos três anos, a ONU interveio em operações de paz mais vezes do que em seus 43 anos anteriores. Nos próximos meses, será chamada a intervir no Afeganistão, no Camboja, em El Salvador e no Saara Ocidental. A operação no Camboja é a de maior vulto: a organização mundial não vai apenas monitorar eleições, como fez na Nicarágua; também dirigirá um governo interino até as eleições, coisa que nunca fez antes. É uma operação para 18 meses a um custo que pode ir de 1 a 5 milhões de dólares. Se tiver recursos para tanto, a ONU tem estrutura política para agir acima dos interesses das facções em conflito?

Os Comandantes

O jornalista norte-americano Bob Woodward, que protagonizou no *Washington Post* as denúncias do Watergate, que levaram o presidente Nixon a renunciar, publicou este ano um livro em que pretende lançar luzes sobre as decisões bélicas do governo norte-americano.

No essencial, o livro procura demonstrar que as decisões — particularmente a guerra do Golfo — foram tomadas pela Casa Branca e não pelos militares. O general Norman Schwarzkopf aparece dizendo-se um inimigo da guerra “porque eu sei o que é uma guerra... Em muitos aspectos sou um pacifista”.

Embora ajudando a entender o cotidiano das decisões na cúpula da maior potência bélica da história, Woodward não somente dá atestado de bom comportamento aos militares, como deixa de lado fatores que pesam decisivamente — como o interesse dos EUA em



recolocar o cenário internacional em termos bélicos, para tirar proveito de sua hegemonia militar, ou as vantagens de uma “guerra curta” para a reeleição de Bush. A principal revelação de Woodward é a de que o general Collin Powell, chefe do Estado-Maior Conjunto, se opunha à declaração de guerra ao Iraque. Resta saber porque Woodward manteve esta informação em segredo até a publicação de seu livro. Afinal, uma manchete do *Washington Post* — “O principal general do país se opõe a guerra” — poderia ter mudado o destino da votação do Senado norte-americano, onde a declaração de guerra venceu por apenas 3 votos.

OS COMANDANTES. Bob Woodward. Editora Rocco, 410 páginas. Cr\$ 8.960,00



No flagrante, o presidente Fernando Collor, alguns ministros e assessores em momento de descontração na última semana em Brasília.

FOTO DE MARINGONI

Contra o figurino

A Itália tem o mesmo problema de todas as nações capitalistas ricas: uma enorme dívida interna. Só que a sua saiu de controle. O remédio imaginado pelo governo não foge do figurino em moda: privatização de empresas, menor repasse da inflação aos salários - lá protegidos por uma escala móvel. A reação dos trabalhadores: uma paralisação de advertência por quatro horas, dia 22, decidida em conjunto por todas as três centrais sindicais do país.

Inchando o Estado

Para quem teoriza que nossa pobreza decorre do tamanho excessivo do Estado, eis números para meditação: os gastos públicos consomem 25% do produto americano e crescem aceleradamente, devendo, em mais vinte anos, chegar perto de 40% do valor da produção americana. Os dados são de um trabalho do Instituto para a Inovação Política, de Dallas, Texas, com apresentação do economista e Prêmio Nobel James Buchanan.

Regras para as drogas



Durante os anos 80, os preços dos medicamentos farmacêuticos nos EUA subiram em média três vezes mais que a inflação, mostra um estudo do Comitê do Senado americano para a velhice. O senador David Pryor está propondo a elaboração de uma primeira lei federal americana para controlar preços de medicamentos.

Era só teoria

Entre 1982 a 1989, o emprego das grandes corporações multinacionais nos EUA cresceu apenas 0,1%, chegando a 18,72 milhões de colocações. Ao mesmo tempo, os empregos criados por elas no exterior se reduziram, em 0,3%, para 6,62 milhões de trabalhadores. Isso refuta a teoria de que as multinacionais são criadoras permanentes de oportunidades de emprego. Os dados são baseados em relatórios de 2.167 companhias americanas e suas 17.842 filiais.



As dores do parto alemão

Um ano após a reunificação, o país acelera sua conversão às regras do mercado.

LÚCIA BRANDÃO

O primeiro aniversário da reunificação alemã, comemorado dia 3 de outubro, foi marcado por dois grandes movimentos. De um lado, os grupos (neo?) nazistas promoveram, com apoio de parcela importante da população, selvagerias que lembram os primeiros passos da febre hitlerista, na opinião de autoridades do país. Já no plano econômico, uma onda de otimismo pareceu sepultar as hipóteses desanimadoras sobre a unificação, que vicejavam há alguns meses.

A maré de avaliações positivas foi lançada pelo próprio chefe de Estado, Helmut Kohl, ao anunciar com estardalhaço que chegara ao fim o período de declínio econômico acentuado instalado na parte ocidental desde a reunificação. Horas depois, o ministro da Economia, Junger Mollemann, jogou mais lenha na fogueira, ao prever para o próximo ano um crescimento econômico de 10% na ex-RDA.

Kohl e Mollemann fizeram suas afirmações baseados nos primeiros sinais de recuperação econômica na parte leste do país: a atividade industrial cresceu 5,4% em maio e 3,6% em junho, comparada com os mesmos meses de 1990. De fato, é impressionante o esforço da burguesia alemã para converter a ex-RDA à economia de mercado, a toque de caixa e sem desequilíbrios financeiros que prejudiquem a Alemanha na disputa imperialista de grandes proporções em que está envolvida. Mas não há, por outro lado, nenhum sinal concreto de que este objetivo tenha sido alcançado em caráter minimamente duradouro.

SANEAMENTO. A ex-RDA era de longe o país mais rico e mais desenvolvido de todo o leste Europeu, excluída a URSS. O PIB per capita suplantara o soviético. Enquadrar este colosso produtivo nos padrões de uma economia de mercado não é obra fácil, evidentemente. Para fazê-lo, a burguesia alemã serviu-se da Treuhandstalt, uma espécie de super-holding criada pelos dirigentes do Estado Oriental, quando este já havia entrado em colapso.

A Treuhand, como é chamada, detinha a propriedade jurídica de virtualmente toda economia estatal da RDA. Após a

unificação, foi transformada numa espécie de síndica de massa falida, e encarregada de sanear, segundo a ótica capitalista, as empresas do Leste, antes que fossem transferidas aos grandes conglomerados ocidentais.

Cerca de 8 mil companhias industriais compunham o parque produtivo da Alemanha Oriental. As mais capazes de competir no mercado internacional estão sendo vendidas, em condições de enorme favorecimento aos compradores. A BASF levou literalmente de graça uma indústria química em Schwarzheiden, e a Volkswagen pagou apenas 8,9 milhões de dólares pela Sachsenring, empresa que produzia em grande quantidade os carros Trabant. As facilidades foram concedidas em troca de promessas de investimentos suplementares pelos compradores.

DEMISSÕES. Um segundo lote de empresas está passando por processos radicais de adaptação ao capitalismo, inclusive com demissões em massa. Os gastos são vultuosíssimos, e o Estado os assume. Segundo a revista inglesa "The Economist", até setembro a grande holding havia arrecadado 10 bilhões de dólares com a venda de estatais. No entanto, gastara mais do dobro (22,5 bilhões de dólares) com a reorganização das empresas vendidas...



Lucie

ber que o saldo negativo equivale a o dobro do PIB de Portugal, e que o FMI considera inaceitável que o déficit brasileiro fique este ano em estimados 1,4% do PIB.

A Alemanha viu-se obrigada a tomar recursos no exterior, para financiar a conversão da economia oriental. O tradicional superávit no balanço de pagamentos transformou-se em déficit, chegando ao recorde de 3,7

bilhões de dólares negativos, em julho último.

DESCONTENTAMENTO. Evidentemente, é cedo demais para chegar a conclusões mais sólidas. Os dados indicadores de crescimento do PIB em maio e junho na Alemanha Oriental não devem ser desprezados, nem se deve pensar que a economia alemã esteja irremediavelmente condenada ao encalacramento. Mas é negável que o quadro é inteiramente distinto do alardeado pela imprensa de todo o mundo após a reunificação. Mesmo que se concretizem as hipóteses ultra-otimistas do ministro Mollemann (crescimento oriental de 10% em 92), a ex-RDA abrirá 1993 com uma produção 25% menor que a de 1989, tal é a queda registrada até agora, segundo o "Financial Times".

O descontentamento popular é crescente. Se 42% dos orientais diziam-se satisfeitos com "a democracia que temos no país", em novembro de 1990, em julho de 1991 este percentual tinha despencado para apenas 33%. As forças progressistas, contudo, parecem ter dificuldades para converter este sentimento em ação transformadora, e ele tem se exprimido, acima de tudo, na explosão de ódio racista contra estrangeiros, especialmente os negros e os do Terceiro Mundo.

PARADOXO. O governo alemão vem sendo obrigado a patrocinar variadas modalidades de assistência à população oriental, para evitar que o desencantamento emergja. Paradoxalmente, na ex-RDA os trabalhadores que recebem seguro-desemprego são os que alcançam padrão salarial mais próximo ao da parte oeste, mostrou o jornal inglês "Financial Times".

Os custos da reunificação pressionam a saúde financeira do Estado alemão. Prevê-se para 1991 um déficit orçamentário equivalente a 5% do PIB - para efeito de comparação, basta sa-

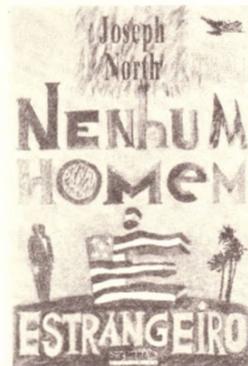
LEIA E ASSINE

TEORIA & DEBATE
REVISTA TRIMESTRAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PREÇO DO EXEMPLAR Cr\$ 1.500,00

ASSINATURA ANUAL 4 NÚMEROS - Cr\$ 5.500,00

Faça sua assinatura ligando para (011)220.2103 - SP
(021)537.0383 - RJ
ou no Diretório Municipal de sua cidade.



NENHUM HOMEM É ESTRANGEIRO É O LIVRO DE MEMÓRIAS DE UM JORNALISTA AMERICANO, QUE NOS CONTA SUA ATIVIDADE PROFISSIONAL E SUA MILITÂNCIA DURANTE A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO — NA ÉPOCA DA DEPRESSÃO, DA 2ª GUERRA MUNDIAL, DA GUERRA CIVIL NA ESPANHA, DA DERROTA DO NAZI-FASCISMO, DA LUTA PELO DIREITOS CIVIS. UM ROMANCE AUTO-BIOGRÁFICO SOBRE UM TEMPO EM QUE AS PESSOAS ESCOLHIAM TRINCHEIRAS — APROPRIADO PARA UM TEMPO EM QUE PARECE NÃO HAVER MAIS TRINCHEIRAS A DEFENDER.

SCRIPITA

À VENDA NAS LIVRARIAS E DIRETÓRIOS DO PT

Rua Melo Paqueta, 57 • São Paulo • SP • 05002 • (011)872-7943



CUBA

a ilha da utopia

Um triste espetáculo é a alegria feroz com que os políticos e cidadãos que se dizem democratas, os jornais, o rádio, a TV descrevem as dificuldades de Cuba, na alvoroçada esperança de uma derrocada de seu regime. Parece que lhes dá prazer noticiar e comentar que falta alimento e roupa, as máquinas agrícolas estão sendo puxadas por animais, a bicicleta substitui o automóvel. Com certeza esperam que o regime odiado acabe na fome, na miséria e na desgraça coletiva, a fim de pagar os sustos que deu.

Um dos pressupostos desta atitude é que o socialismo não funciona. Provavelmente, para esses críticos eufóricos o que funciona é a "democracia" brasileira, que tem cultivado e agravado a miséria de um povo que, cinco séculos depois do Descobrimento, não sabe ler, vive doente, sofre todas as privações e portanto serve de boa massa para os demagogos elegerem quanto aventureiro consiga vender a sua deteriorada mercadoria política. Isso quando as classes dominantes não resolvem salvar a pátria por meio do singular instrumento "democrático" que são os golpes mais ou menos militares. Mas o fato é que o regime cubano conseguiu o que nenhum tinha conseguido na América Latina: tirar o povo da sujeição torpe e dar-lhe o sentido da própria dignidade, graças à aquisição dos requisitos indispensáveis, como saúde, alimentação, relativa equivalência de oportunidades, afastamento mínimo possível entre os salários mais altos e os mais baixos.

Não há dúvida de que existem em Cuba muitos erros e violências, como os há infelizmente em toda a parte, mesmo nos momentos onde predominam as boas tendências de humanização do homem. Em Cuba é negativo haver coisas como governante imutável, hegemonia de um partido único, pouca liberdade de

opinião, imprensa sem vida, dissidentes podados quando ultrapassam os apertados limites estabelecidos. Os cubanos sabem disso e com certeza já teriam adotado medidas de desafogo e correção se não vivessem praticamente em estado de guerra, numa espécie de acampamento sitiado, com uma guarnição norte-americana plantada na ponta ocidental da ilha.

SEM TUTELA. No entanto, embora seja importante discutir se há ou não métodos democráticos em Cuba, creio que neste momento é muito mais importante perguntar se o regime cubano propiciou ou não um modo de vida que pode ser considerado socialista. A resposta é afirmativa, porque ele realizou nesta parte do mundo o que os regimes oligárquicos conservadores nunca quiseram efetivamente fazer.

A coesão do povo será capaz de aperfeiçoar o regime e de vencer o bloqueio dos EUA.

E realizou mediante a tentativa de um novo tipo de Estado, que se relaciona de maneira diferente com a sociedade, demonstrando a possibilidade de superar o capitalismo predatório a que estamos acostumados.

Para esse fim, é certo que teve de trocar de dependência, pois no mundo contemporâneo, cada vez mais interligado, quase não há lugar para os pequenos países, obrigados a integrar-se em sistemas mais amplos. Antes, Cuba pertencia à esfera dos Estados Unidos. Depois da Revolução de 1959 pôde não apenas sobreviver, mas cumprir o seu programa nacional, ligando-se à União Soviética. Qual a diferença, admitindo que se trate de duas dependências configuradas? A diferença é que no pri-

meiro caso ela vivia, como os demais países latino-americanos, tutelada pelo capital devastador de uma grande potência que mantinha as estruturas oligárquicas de espoliação, inclusive a mais importante, a mais rendosa e decisiva: o abismo entre rico e pobre, que faz do rico um súdito da grande potência e do pobre um servo espoliado. A passagem para a esfera soviética permitiu as conquistas humanizadoras que todos conhecem e reconhecem. Enquanto os Estados Unidos apoiam e cevam os Batistas, os Somozas, os Estradas Cabrerias, a União Soviética facilitou a atividade construtora e transformadora de um grande e generoso líder popular, cuja estatura Alceu Amoroso Lima equiparou à de Bolívar.

No entanto, é errado considerar a República de Cuba como estado satélite da União Soviética. Trata-se de dependência econômica baseada em muitos interesses comuns, inclusive o intercâmbio comercial, as afinidades ideológicas, as metas sociais. Mas nesta ligação, Cuba não só guardou a liberdade de movimentos, como definiu procedimentos políticos próprios, que asseguraram o êxito do seu programa socialista. Eu diria que ela sempre manteve a sua maneira peculiar de fazer a revolução, inclusive porque esta foi em grande parte continuação de um projeto nacional, que tinha sido desviado do seu curso pelas oligarquias, sob controle imediato dos Estados Unidos, titulares do direito de intervir no país por obra de uma emenda constitucional por eles imposta.

O POVO ARMADO. O projeto nacional de Cuba fez que a sua ligação com a União Soviética não fosse, como foi noutros países, uma subordinação, mas de fato uma cooperação. Tal projeto se baseia na tradição das guerras da Independência, a partir das quais formaram-se um conceito e uma prática de povo armado, que mais tarde renasceram na guerrilha revolucionária e asseguraram uma espécie de democracia de acampamento, da qual emergiu o tipo singular de relação do povo com os líderes.

Homens como Che Guevara e Fidel Castro representam uma formação política singular, e aparentemente impossível: sublimação do tradicional caudilho latino-americano em líder autenticamente popular. Nos países sem tradição democrática formal, desprovidos das instituições comunitárias que asseguram desde o nível mais miúdo o perfil da democracia do Ocidente, podem surgir outros meios de realização dos interesses do povo.

Assim como em Cuba o caudilho potencial se transformou em líder responsável, comprometido com o socialismo, a tradição radical, vinda de pensadores como José Martí, permitiu ajustar o marxismo à realidade ao país, fazendo de Cuba um caso raro no quadro das nações que buscam a realização do socialismo no Terceiro Mundo.

Por tudo isso ela pôde efetuar uma síntese original e realizar nesta América enxarcada de iniquidade uma vida justa e mais igualitária, que representa algo insuportável para a prepotência imperialista. Por isso, Cuba desperta em todos os conservadores um ódio quase irracional. Mas a coesão do povo cubano e a sua capacidade de resistência são simplesmente fenomenais. Esperamos que graças a elas possa vencer este momento difícil e despertar no resto da América Latina a solidariedade indispensável para a sobrevivência e o aperfeiçoamento do seu regime, impedindo o retrocesso sangrento com o qual contam os seus inimigos.

ANTONIO CANDIDO

Nas bocas dos povos

As espécies animais e vegetais acumulam milênios de evolução natural, representam patrimônios genéticos de valor incalculável. Do mesmo modo, na linguagem dos povos de qualquer cultura estão acumulados séculos de evolução social, conhecimentos, tecnologias, artes. Essas conclusões animam um movimento para preservar todas as línguas humanas. Das 6 mil existentes, estima-se que 3000 estão morrendo porque as crianças não as falam. Só 300 línguas sobreviverão se a preservação não for tentada.

Liberté! Egalité?

As mulheres são 42,5% da força de trabalho na França, mais que a média da Comunidade Européia, que é de 39,4%. As francesas são 54% do número de universitários, têm o maior número de filhos fora do casamento, entre as europeias e tomam a iniciativa de 70% dos divórcios em seu país. O número de francesas vivendo independentemente iguala ao das que são casadas. No entanto, as francesas estão longe da igualdade: 1) seus salários são inferiores aos dos homens em um terço; 2) o desemprego entre elas é de 12,7%, comparado com a média de 7,1% para os homens; 3) e elas despendem o dobro do tempo nas tarefas domésticas.

Domésticas e mal pagas

As mulheres negras tiveram seus salários elevados quase ao nível dos das mulheres brancas nos Estados Unidos, nos últimos anos. Em 1969 uma negra ganhava, em média, 79% do salário de uma branca. Em 1989, de acordo com relatório do Censo Oficial americano, divulgado no final de setembro, o salário das negras é, na média, de 17.389 dólares por ano, ou 92% dos 18.992 dólares que ganha uma branca. A mudança salarial das mulheres negras deve-se, essencialmente, a uma mudança nas suas ocupações: há vinte anos elas eram, em 50% dos casos, empregadas domésticas; hoje, só 3% delas têm esse tipo de emprego. Como as brancas, as negras trabalham, hoje, em escritórios, vendas e atividades similares.

Sai Lênin, entra Lampião

Os russos derrubam estátuas, os pernambucanos mandam construir: 76% dos votantes no plebiscito em Serra Talhada, onde nasceu Virgulino Ferreira da Silva, O Lampião, votaram a favor de se construir seu monumento.



A mulher do chefe, não

De fevereiro até agora o deputado José Dirceu (PT-SP) apresentou 10 requerimentos de informações à LBA, encaminhou 12 representações contra a entidade junto Procuradoria Geral da República, solicitou inspeções do Tribunal de Contas contra a Legião em 6 Estados. E conseguiu 200 assinaturas para a CPI contra o órgão. A princípio o governo se dispunha a negociar a não ida da presidenta do órgão - Rosane Collor - para depor, em troca de facilidades para convocar a CPI. Como o acordo não se fez, o deputado petista apresentou requerimento para que Rosane fosse chamada à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, encarregada da vigilância sobre a LBA. Foi derrotado por 23 votos a 5,

Peixe Grande

O fundador do Banco Safra do Brasil, Edmond Safra, é apontado como envolvido em grandes operações de lavagem de dólares para o narcotráfico internacional. Essas informações constavam do original do livro "A Suíça lava mais branco", do deputado social-democrata daquele país, Jean Ziegler. Na tradução do livro, a Editora Brasiliense cortou essa referência. Não contava, porém, com um leitor curioso, o deputado Aldo Rebelo, que estranhou o fato e iniciou uma investigação. Descobriu, por exemplo, que a filial uruguaia de um dos bancos novaiorquinos de Safra transaciona enormes quantidades de ouro, sendo que o Uruguai não produz ouro algum (o que passa por lá, provavelmente, faz parte das 700 toneladas que saíram do Brasil irregularmente nos últimos anos). O deputado do PC do B, que fez essas denúncias na Câmara, dia 9, pediu à CPI do Narcotráfico para investigar as conexões de Edmond no Brasil. Há muitas denúncias de corrupção apuradas contra peixes pequenos, disse. "Queremos pegar os tubarões".

Calcinhas do Ofício

O taifeiro Carlos Roberto de Souza, que estava preso por 15 dias por ter denunciado que era obrigado até a lavar as calcinhas de mulheres de oficiais, num artigo para a revista Veja, pegou mais quinze dias de cadeia por ter denunciado que os militares lhe ofereceram dinheiro para calar-se. As Forças Armadas se defendem com o seguinte - e ambíguo - argumento: roupa suja se lava em casa.

Além de Collor

A oposição do PMDB a Collor pode ser devida ao fato de seus grandes dirigentes não acharem suficientemente consequente: Quêrcia já havia privatizado a Vasp, mesmo enfrentando contestação jurídica e política, agora Fleury cria uma estatal para privatizar estatais - 25 já estariam numa lista que o governador leu para industriais potencialmente interessados.

Argentina, Brasil ontem

Guiado por Cavallo, o povo vive o clima do Plano Cruzado, mas a estabilidade é precária

LÚCIA BRANDÃO

O "efeito orloff" se inverteu: a Argentina vive hoje o seu Plano Cruzado. A inflação está baixa (1,8% em setembro), o consumo cresce e Menem ganha as eleições. Em abril, o ministro da economia, Domingo Cavallo, aplicou no país um plano econômico fortemente liberal.

Primeiro, dolarizou a economia, lastreando o austral na proporção de 10 mil austrais por dólar. Essa medida garantiu a estabilidade da moeda argentina, que passou a escassear a ponto de valorizar-se frente ao dólar, freando a inflação e reacendendo o consumo. Depois, iniciou um programa de enxugamento do Estado, privatizando estatais, pressionando governadores a reduzir gastos e demitindo funcionários públicos.

O Plano Cavallo criou euforia dentro e fora da Argentina. Para Sergio Luiz Bergamini, diretor do Departamento Econômico da Fiesp, "os argentinos encontraram o seu plano definitivo". "Esse não é um Plano Cruzado" diz ele, "os peronistas não assumem a atitude messiânica do PMDB, que se postou como salvador da pátria para ganhar as eleições".

PRÉ-CONDIÇÕES. Nem todo mundo, porém, tem tanta segurança. O preço social da estabilidade econômica tem sido alto e há muita dúvida quanto a sua durabilidade. O economista Luis Guilherme Piva, coordenador da área econômica do Desep-CUT, acha que não há indicadores suficientes apontando para o sucesso do Plano Cavallo, que a recessão não acabou e os salários estão muito baixos.

Piva lista três pré-condições para que o plano dê certo.



"Por ter dolarizado a economia", avalia ele, "o Estado argentino tem que ter sempre superávit. Ele não pode emitir moeda para pagar suas contas, pois quebraria o equilíbrio dólar/austral". As contas argentinas tiveram superávit entre julho e setembro, quando houve um saldo de 930 milhões de dólares. Esse número, porém, é artificial, pois foi conseguido com a venda de estatais, e não com a redução de custos.

O economista aponta como outra pré-condição a manutenção de uma boa reserva de moedas estrangeiras. "Sem dólar, o plano quebra". Nesse aspecto, os indicadores não são bons. A estabilidade da moeda trouxe mais consumo e resultou num aumen-

to de importações de 150% entre janeiro e agosto. As exportações, por outro lado, cresceram 35% nesse período: são dólares que saem do país.

O terceiro lado desse triângulo é a dívida externa. "Nenhum país do 3º Mundo consegue crescer remetendo para o exterior 4% do seu PIB todos os anos, como tem ocorrido na América Latina".

Assim, a Argentina precisaria conseguir um bom acordo com o FMI, o que não parece provável, embora o ministro Cavallo tenha declarado em entrevista coletiva que "já em 1992 as preocupações com a dívida serão coisa do passado".

Golpe na independência

Por que caiu o presidente do Haiti

As reformas políticas e sociais promovidas no Haiti precipitaram o golpe militar que derrubou, no final de setembro, o presidente Jean-Bertrand Aristide, eleito em 1990 com amplo apoio popular. Adepto da Teologia da Libertação, Aristide deixou o país sob proteção do embaixador francês — gesto irônico no bicentenário da independência do país frente à França.

Nos últimos dias, a Organização dos Estados Americanos (OEA) tem se movimentado, sem sucesso, ao mesmo tempo em que a Organização das Nações Unidas (ONU) parece reservar-se um papel de árbitro indifferente aos acontecimentos.

A imprensa internacional diz que os golpistas reagiram à política progressista contra corruptos e traficantes internacionais de drogas infiltrados no país. O líder golpista, general Raoul Cedras, que em 1990 garantiu a segurança do pleito que levou o

padre ao poder, acusa o governo deposto de ter incentivado as táticas populares sul-africanas, de incendiar pneus colocados como colares nos pescoços dos racistas, contra as elites negras locais.

"DISCREÇÃO". Esta versão não convenceu a comunidade internacional nem os partidos de esquerda, que acompanhavam com simpatia o início da gestão de Aristide e a constituição de seu partido-movimento, muito adequadamente chamado de **Lavalas** (avalanche). Embora generalizados, os protestos contra o golpe não conseguiram até agora desalojar os golpistas.

Os Estados Unidos, que em outras oportunidades foram tão solícitos na defesa da democracia, parecem estranhamente discretos.

Em resposta aos milhares de haitianos residentes em Miami que saíram às ruas em protesto contra o golpe, os EUA — juntamente com a França — se limita-

ram a suspender a ajuda financeira, de mais de 300 milhões de dólares, ao Haiti.

Suspeita-se que o general Cedras, militar de carreira, integrante das elites locais e próximo da comunidade de informações norte-americana, não teria comandado o golpe sem algum tipo de sinalização positiva da Casa Branca.

As razões da moderação norte-americana — que não impediu o envio de 500 fuzileiros para a base naval de Guantanamo, Cuba, sob o pretexto de que tais forças seriam talvez necessárias para proteger "vidas e bens" norte-americanos no Haiti — ficam mais claras as palavras do padre que virou presidente: "O povo sabia que eu não ia fazer um milagre; se existem milagres, é o povo que pode fazê-lo. Temos que organizar a mobilização, de modo que a revolução política que fizemos no dia 7 de fevereiro de 1991 se converta na revolução social".

SACRIFÍCIOS. Os trabalhadores argentinos estão carregando Cavallo nas costas. Das 13 milhões de pessoas que compõem a população economicamente ativa do país, 15,4% (de 2 milhões) estão na rua ou subempregadas. E o crescimento do consumo não tem ajudado a mudar esse quadro, pois boa parte do dinheiro ruma para o mercado financeiro, em vez de ir para a produção.

Para acertar-se com o FMI, Menem pretende demitir 330 mil pessoas até o final de 1992. Elas se juntarão às 45 mil da área de telefonia, já privatizada, e aos 10 mil funcionários de bancos estatais, em fase de privatização.

Bergamini, da Fiesp, acha que as demissões fazem parte dos "acessórios" do plano e reverterão com o crescimento da economia.

Os sindicalistas argentinos não pensam assim, e mesmo peronistas se organizam para tentar frear as privatizações.

BOM PARA ELLES. O foco das atenções é a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), a Petrobrás de lá, que tem faturamento anual de 8 bilhões de dólares. Um caso gritante de lesão ao patrimônio público é a venda das Ferrocarriles, serviço de trens, que garantirá ao comprador subsídios do Estado caso alcancem a lucratividade prometida.

Caso Collor resolvesse aplicar uma espécie de "Plano Jegue", não teria sucesso, concordam o economista da CUT e o diretor da Fiesp. A falta de dólares no Brasil e as diferenças entre as duas economias são impeditivas, argumentam. Para Sergio Luiz Bergamini, o Plano Cavallo adequa-se apenas à economia argentina.

Nem paz, nem guerra

A má vontade do governo e a torcida contra dos norte-americanos, não impediram que o governo de El Salvador e a Frente Farabundo Martí pela Libertação Nacional firmassem em Nova York uma série de acordos que podem pôr fim à guerra civil que já dura mais de uma década. Os acordos estabelecem uma ativa participação da sociedade civil, a participação da FMLN em uma nova força policial criada pelos acordos, a dissolução das forças policiais militares identificadas com a repressão e o terrorismo, o controle da Frente sobre os territórios conquistados durante a guerra e a entrega de terras aos camponeses, entre outras medidas.

Apesar de firmados sobre o patrocínio da ONU, existe a possibilidade de que, o governo de El Salvador descumpra as medidas previstas pelos acordos ou simplesmente volte atrás nas negociações. Por isso, a guerrilha considera que suas armas são garantia da paz.

Os imorríveis: a novela e o real

Pelo Brasil, viajam vampiros:
uns de capa e olho vermelho,
outros de colarinho branco.

O sucesso da novela Vamp, da Rede Globo, no horário das 19 horas, animou a velha tese de que é a novela que faz a moda e não o contrário. Vampiro sediado no Brasil, para os brasileiros, é coisa raríssima. Estamos acostumados, pelos filmes de terror da produtora inglesa Hammer, que ainda fazem sucesso, e pelas inúmeras revistas em quadrinho, a ver vampiros em lugares exóticos como a Transilvânia, a Valáquia, as brumas londrinas. No Brasil, tradicionalmente, em se buscando, se encontra quando muito lobisomem. Por que então vampiros, de repente?

Se é verdade que novela cria modas, também é verdade que autores de novela devem desenvol-

ver um sexto sentido para captar o que vai nos bastidores do imaginário nacional. Interessa tanto avaliar a moda que sem dúvida a novela desencadeou, quanto saber como, num certo momento, tornou-se possível pensar num vampiro à brasileira para infestar os lares nacionais, como idéia lucrativa.

Para se perceber o que está acontecendo, é necessário prestar atenção também em onde essa moda de vampiro "pegou": na mídia de penetração mais popular, e na parte da mídia que se dirige ao público "jovem". Programas de rádio começaram a agitar a onda dos vampiros em meio à música pop, o som metaleiro, Titãs, Lobão. Noutro lado, revistas de banca começaram até a desvestir as modelos nuas à la vampiro, aumentando-lhes o vermelho das poucas roupas remanescentes e espichando-lhes os caninos.

"HUMANIZAÇÃO". Antes, os vampiros eram adequados às horas mortas, aos cenários sombrios, e aos filmes da madrugada na TV. Agora a imagem do vampirismo está difusa no cotidiano. Sem dúvida a divulgação da imagem de um vampiro - e de uma vampira (na novela, Nei Latorraca e Cláudia Ohana) - no horário mais "leve" das 19 horas contribuiu para essa "humanização" do vampirismo. Mas ao mesmo tempo, no horário da novela nobre, a Globo punha no ar "O dono do mundo" - uma espécie de vampiro simbólico, moderno, e de colarinho branco, a querer sugar riquezas e energias de tudo ao seu alcance. A imagem de um alimenta a do outro.

CHEGANDO TARDE. Não nos deve surpreender o fato de que vampiro tenha se tornado uma imagem freqüente no Brasil. Com sua nova condição de presença no cotidiano, o que nos deve surpreender é que tenha tardado tanto.

Nas lendas antigas dos povos eslavos, vampiro era o morto que anda. Em geral, eram vampiras, como a Cláudia Ohana da novela, mulheres que morriam cedo e saíam dos túmulos em busca de prazer e sangue. Na sociedade capitalista e patriarcal que se industrializava rapidamente, no século XIX, em meio a um novo público leitor ávido de sensações e exotismo, a imagem do vampiro consagrou-se como a do conde Drácula. Ora um opressor de comunidades camponesas da Transilvânia, ora protegido pelo anonimato das grandes cidades européias, sobretudo na enorme Londres, onde todos os esconderijos eram possí-

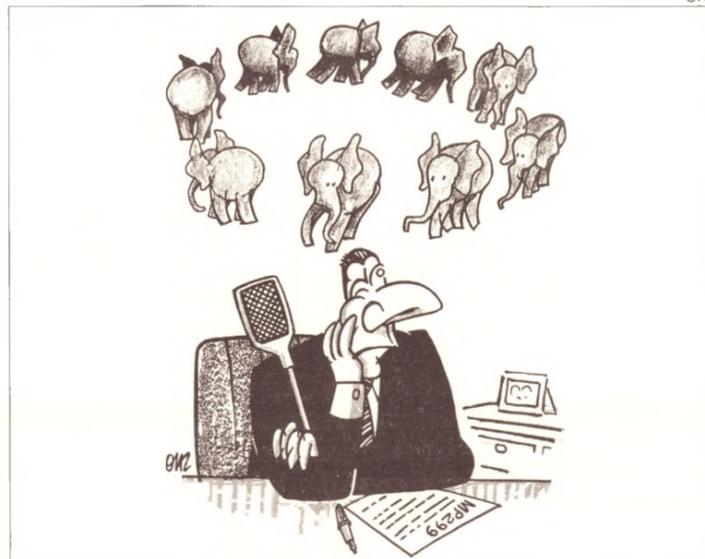
veis. Como imagem de uma exploração brutal, e que pretendia se disseminar, foi que o vampiro sobreviveu numa época onde predominavam um cientificismo galopante e uma crença desenfreada na tecnologia e no progresso.

SUSPEITA DIFUSA. Vampiro, assim visto, não era obra de nenhuma consciência revolucionária. Era só o sinal da suspeita difusa de um mal estar no coração da civilização, posto à venda como distração sedutora.

Não nos deve surpreender, portanto, que o vampiro humanizado renasça hoje neste Brasil de ilusões em ruínas. Afinal, este é um país de exploração brutal, disseminada no cotidiano; onde a política real se faz mais na sombra dos bastidores, dominada por figuras "imorríveis" (imortais é uma palavra muito nobre), que sobrevivem a todos os cataclismos e regimes, e são capazes ainda de apadrinhar novos regimes e cataclismos. Aí estão os Roberto Campos, os Delfim Netto, os Passarinho e tantos outros a renascerem continuamente das cinzas... do próprio país. E aí estão os incontáveis "crimes de colarinho branco" a se multiplicarem impunes. Vampiros, pois, por que não?

O vampiro moderno, portanto, está difuso no dia a dia; sua imagem se projeta por toda a parte, irresistível e sedutora, inspirando confiança e distribuindo a força das ilusões. De semblante renovado e, como se diz no marketing, "produzido", parece eternamente jovem e potente, autoconfiante até o insuportável. Mas se contrariado, a máscara renovada começa a se desfazer e no seu lugar vão aparecendo os velhos traços rígidos de alma esvaziada. No limite esbraveja e fica roxo. Conhece algum?

FLÁVIO AGUIAR



Pondo nossa língua fora

Num seminário recente em São Paulo, um diretor da famosa rede de tevê CNN defendeu que o português é uma língua terminal e que o Brasil deveria adotar o inglês, para facilitar a integração com o primeiro mundo. O português é a oitava língua mais falada do planeta (173 milhões de pessoas, contra 864 milhões do mandarim, língua oficial na China). E o francês, o holandês, o alemão, o italiano, línguas faladas por bem menos gente, não impediram seus povos de serem primeiro-mundo.

Sai de mim coisa ruim

Os críticos estão lembrando dos poetas Gregório de Matos e Augusto dos Anjos, pela linguagem intestinal, incômoda: o novo disco dos Titãs, "Tudo ao mesmo tempo agora" fala de pús, lagrima, escarro, peido, porra, catarro". "Tudo que está estagnado/saia de mim como catarro", dizem os versos de uma das músicas, "Saia de Mim".

AGENCIA FOLHAS/ROBERTO JAYME



Presidente, olha o papa!

O papa João Paulo 2º. Condena divórcio, anticoncepcionais, homossexualismo etc. Está em campanha, inclusive, contra a camisinha, peça estratégica no combate à AIDS (os gays da Bahia chegam a dizer que ele é um anticristo e estão distribuindo folhetos que o mostram crucificando Jesus). No sermão do dia 19, em Maceió, diante de um presidente Collor sem aliança e em briga com a mulher, que diria JP 2º, se o tema, que chegou a ser distribuído à imprensa, era o casamento? Interviu então a turma do deixa disso: o papa mudou o sermão; e Collor já está de mãos dadas com Rosane.

OH!

WALTERONO

O QUE É DEMOCRACIA

Nós definimos a nossa visão democrática em cima de cinco princípios, que devem existir simultaneamente e que têm a mesma prioridade: igualdade, liberdade, solidariedade, participação e diversidade. O capitalismo se apropriou dessa palavra e, no entanto, no nosso ponto de vista, democracia e capitalismo são incompatíveis. O capitalismo é um sistema que se funda na produção e na reprodução da desigualdade. A nossa Constituição de 88 tem uma série de conquistas democráticas, mas uma Constituição que não conseguiu equacionar o problema da terra tem uma falha fundamental na sua estrutura democratizadora.

LIBERAIS E DEMOCRATAS

A nossa visão de democracia é bastante radical. Obviamente que uma definição dessa se contrapõe, se diferencia do liberalismo. E o que acontece no mundo moderno é uma imensa confusão entre democracia e liberalismo. Então, quando alguém diz "os Estados Unidos são um país democrático"... Não! Os Estados Unidos são um país liberal, e às vezes nem tanto.

A NÃO FILIAÇÃO A PARTIDOS

O Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas é uma organização não governamental (ONG) que surgiu como uma idéia ainda fora do Brasil. No processo de anistia, nós decidimos fundar o Ibase, que já tem dez anos de existência, de luta. Ele existe para ajudar a construir a democracia, não é um partido político, não é uma empresa, não é governo e não é igreja. O meu não engajamento em um partido é uma decisão tomada no momento de criação do Ibase. Se eu estivesse ligado a um partido, o Ibase seria identificado como ONG daquele partido, e não teria, como tem hoje, trânsito em diferentes setores e diferentes partidos.

O QUE SÃO ONGS

São entidades civis sem fins de lucro, de modo geral sem vinculação partidária, religiosa ou com o mundo financeiro, e que tem um tipo de trabalho voltado para questões da sociedade. Os recursos são conseguidos em fundações européias, americanas, canadenses etc, que recolhem esses recursos tanto da população como repassam fundos públicos. Tem surgido algumas organizações não governamentais sem estrutura e algumas até sem credibilidade, mas isso é um fenômeno dos últimos anos e particularmente ligado à temática do meio ambiente. Há até empresários que dizem assim: "Ótimo, agora a coisa é meio ambiente, então vamos fazer uma ONG. Nem sabem o que estão falando". A maioria das ONGs brasileiras têm muito prestígio internacional.

DESENVOLVIMENTO POLÍTICO

Eu explico os 31 milhões de votos dados ao Lula como um indicador estatístico, quantitativo, do nível de desenvolvimento da sociedade brasileira. Quase metade da população brasileira votou num operário para presidente, votou num metalúrgico, num homem de curso básico, num

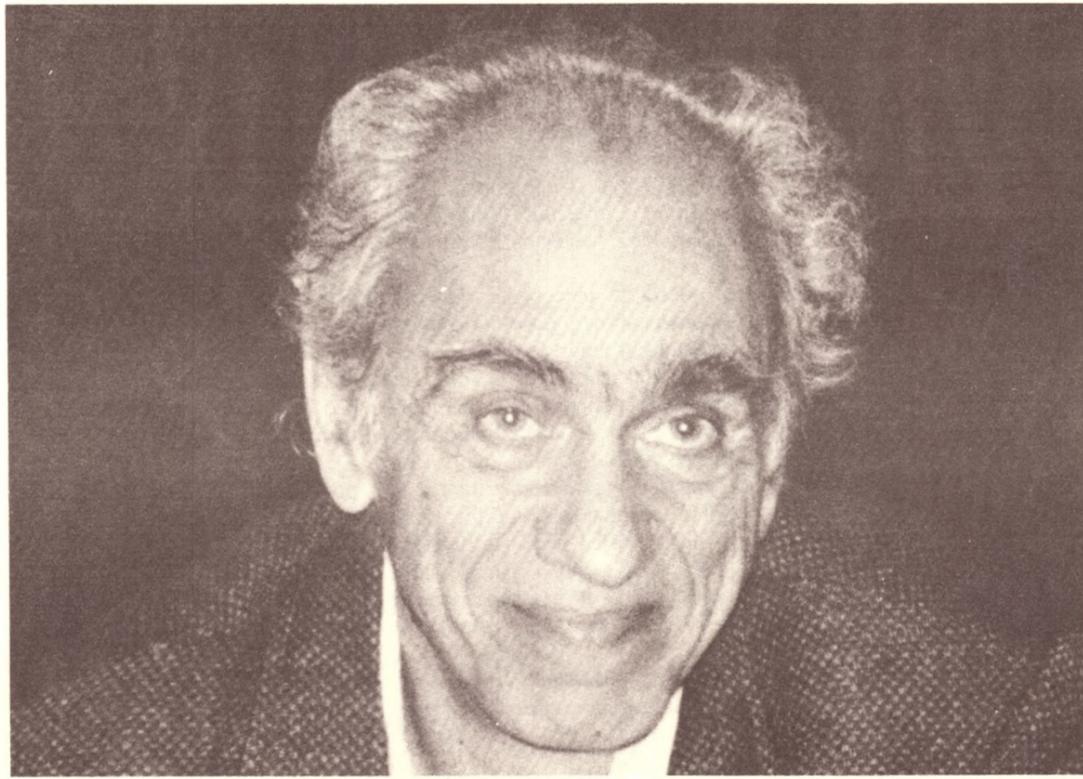
"Ainda vamos ter saudade de 1991", prevê Herbert José de Souza, o Betinho, ativista tempo integral das causas democráticas e da luta contra a AIDS, que matou seus irmãos Henfil e Chico Mário.

Preocupado com a violência crescente e a crise do país, Betinho abre o leque da conjuntura nessa conversa com

MOUZAR BENEDITO E MÁRIO AUGUSTO JACOB SKIND

Betinho

FERNANDO MICELI



migrante nordestino. Quer dizer, votou contra tudo que a cultura dominante colocou na cabeça da população até hoje.

VIOLÊNCIA URBANA

Houve uma migração massiva da pobreza, da miséria, do campo para a cidade. E houve também uma migração massiva da violência do campo para a cidade. Hoje ainda tem violência no campo, assassinatos, mas a mortalidade infantil que se dava no campo, por exemplo, hoje se dá nas favelas e nos bairros periféricos. O que está nos assustando hoje é que, como nós vivemos nas cidades e estamos vendo a violência nas cidades, estamos assustados com ela. E ela vai crescer. Eu tenho dito que nós ainda vamos ter saudade dos anos 90, de 1991. Vamos dizer assim: "Lembra-se que a gente podia ir às ruas? Lembra-se? Naquela praça só tinha uns trinta meninos, hoje tem mais de duzentos".

RECESSÃO E RECESSIVOS

A crise brasileira está se agravando exatamente na exclusão, na marginalização das pessoas. Você tem essa coisa fantástica de ministros da Economia que odeiam o desenvolvimento. É o caso da Zélia. Aquela senhora, quando falava em recessão, tinha orgasmos. O que ela queria, o desejo dela, era produzir a recessão.

MÃE ASSASSINA

O Brasil hoje não está ameaçado

pelo FMI, pelo Banco Mundial, pelo governo Bush ou pela esquadra americana. Quem está ameaçando o Brasil é o governo federal, e o Brasil infelizmente não está sabendo se defender, porque até agora nunca passou pela cabeça de alguém que você teria que se defender do presidente. É como alguém dizer assim: "Você acha que tem que se defender de sua mãe?" Mãe é pra cuidar de você. É como isso, mas tem mãe que mata criança.

QUEM MANDA NA RIO-92

Eu dei exemplo da minha cidade, Bocaiúva, porque teve o eclipse de 1943 ou 45 e algumas pessoas começaram a achar que o José Maria Alckmin é que tinha conseguido o eclipse pra Bocaiúva, pra aumentar o prestígio político dele. O Brasil está correndo o risco de virar uma Bocaiúva grande, nesse negócio do meio ambiente, porque na verdade essa é uma iniciativa de caráter internacional. Nós somos simplesmente o lugar onde essa conferência se dá.

REVER O DESENVOLVIMENTO

A Rio-92 seria o momento mais que oportuno de se fazer um balanço do que o desenvolvimento fez com a humanidade, fez com o mundo, e dizer: "Nós ainda estamos em tempo de mudar", porque quando se fala em pessoas, parece que a humanidade se acostumou que as pessoas são

descartáveis. Mas de repente se deu conta que o mundo não é descartável, porque se você descartar o mundo, você vai junto.

LUTZENBERG X GENERAIS

É uma briga louca. Na questão entre os generais e o Lutzenberg, o Lutzenberger tem razão, porque os generais não tiveram nenhuma capacidade de entender do que se trata. Agora, a minha grande pergunta é essa: o que é que faz o Lutzenberger no governo Collor? Eu acho que nem eu sou capaz de responder isso, nem ele. É um governo que, em relação ao meio ambiente, não tem nada a dizer. Tem mantido uma hostilidade incrível a todo o meio científico, de onde vem o Lutzenberger; a todo o meio das ONGs, com o que o Lutzenberger tinha relações. Então pra mim, a presença do Lutzenberger no governo é uma coisa que, primeiro, depõe contra o Lutzenberg e não tem explicação lógica.

DESCASO FRENTE À AIDS

É um fenômeno mundial. O mundo não respondeu de forma correspondente à gravidade do problema, mesmo nos Estados Unidos, que têm mais de duzentos mil doentes e dois ou três milhões de pessoas infectadas. A Aids é uma coisa que não pode esperar cinco ou dez anos, teria que se fazer investimentos maciços. No caso do Brasil, essa coisa

é notória, é visível. O governo tem seu pior programa de saúde em relação à Aids, em que se manifesta tudo quanto é tipo de preconceito, discriminação, baixo nível. A linha de intervenção é absolutamente equivocada. A Igreja pregava que se você não fosse bom, ia pro inferno. Use-se a mesma tática com a Aids aqui: se você não se cuidar, a Aids te pega. Você já tem mil razões pra ter medo da Aids e se além do mais fazem uma propaganda na base do terror, você nem quer ouvir.

E AS VÍTIMAS DA AIDS?

No campo da assistência, praticamente não se faz nada. Dos hospitais públicos só alguns atendem, e atendem em condições quase heróicas, sem mediação, sem dinheiro, sem lugar. Então está acontecendo no Brasil o seguinte: as pessoas de classe média e ricas conseguem ser diagnosticadas, se tratar, fazer prevenção e até morrer melhor; as pessoas pobres não conseguem sequer se diagnosticar, nem se tratar, e na maioria dos casos morrem de Aids sem saber que está com Aids.

HENFIL E CHICO MÁRIO

Nestes anos, 50% do sangue que é usado no Brasil não tem testes. Portanto, ainda em 1991, 50% do sangue pode estar contaminado e contaminando gente. O controle de testes de Aids e de transfusões poderia ser feito de 85 para cá. Agora, pessoas contaminadas de 85 pra cá podem ter sido contaminadas antes e podem ter sido contaminadas depois. No caso do Henfil, por exemplo, ele tomou em 1975, em 1980, em 1982, em 1986 e 1987. Se ele foi contaminado em 1982 e 1987, será que o Estado não é responsável pela de 1987? A recontaminação é um fator agravante. Eu fui contaminado, mas não tanto quanto foram o Henfil e o Chico, porque eu fui possivelmente só contaminado e eles foram contaminados e recontaminados até bem pouco antes da morte. E aí o Estado, enquanto vigilância sanitária e enquanto responsabilidade, não tem como escapar.

A VIDA COM O VÍRUS DA AIDS

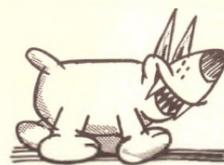
Como portador apenas, a pessoa tem uma existência normal. Tem o vírus lá dentro, mas não tem a doença, pode desenvolver todas as suas atividades. É óbvio que o portador deve fazer controles periódicos da sua situação de saúde. Agora, a questão de fundo está em como cada um se coloca diante da doença. Se você se entrega à neurose da doença, aí eu acho que em pouco tempo acaba ficando doente. Se racionaliza, controla e trabalha a cabeça, vive normalmente.

Eu costumo dizer que depois que fiquei contaminado, trabalho mais do que antes, porque além de todos os trabalhos que já fazia ainda tenho a campanha da Aids, faço horas extras. A Aids, além de levar meus dois irmãos, aumentou obviamente a minha tensão — que é uma coisa que eu tenho que enfrentar — e o trabalho. Mas em termos reais, até agora, ela está aí dentro, na tocaia. É um vírus meio mineiro. Ele fica na tocaia.

O Tio Sam ordena:
ex-comunistas de todo
o mundo, DESUNI-VOS



BRASIL
AGORA



O governo brasileiro
não se importa com a
qualidade do sangue:
suga qualquer um!